

Ajuda Memória - Acompanhamento Progestão nº 3/2018/COAPP/SAS

Documento nº 00000.005839/2018-71

Em 1º de fevereiro de 2018.

Assunto: Acompanhamento do Progestão do estado de Santa Catarina no ano de 2017
Nº do Processo Progestão: 02501.000772/2013-59
Evento: <input checked="" type="checkbox"/> Oficina de acompanhamento <input type="checkbox"/> Reunião <input checked="" type="checkbox"/> Videoconferência
Local: Sede da SDS, Centro Administrativo Estadual. Cidade: Florianópolis/SC
Data da 4ª Oficina: 23/05/2017 Data da Videoconferência: 27/10/2017
Instituições participantes: SDS e ANA

Relato

1. Este Relato abrange os aspectos relevantes do acompanhamento, ao longo do ano de 2017, do Contrato ANA nº 026/2014 com o Estado de Santa Catarina, no âmbito do programa Progestão. Foram realizadas duas interações principais, a primeira em uma oficina presencial, e a segunda por videoconferência.
2. A 4ª oficina ocorreu presencialmente em Florianópolis/SC ao longo do dia 23/05/2017, conforme programação anexa. Participaram deste evento os representantes da SDS, Bruno Beilfuss (Diretor DRHI), Rui Batista Antunes (Gerente de Planejamento) e Renato Bez Fontana (Gerente de Outorga), Vinícius Constante, Cezar Rodolfo Seibt, Tiago Zanatta e Camila Christofoli, além dos representantes da ANA, Agustin Trigo e Ludmila Rodrigues, conforme lista de presença anexa.
3. Na videoconferência, realizada em 27 de outubro de 2017, participaram técnicos da DRHI/SDS e, pela ANA, Agustin Trigo e Ludmila Rodrigues.
4. Registra-se que, além desses eventos, inúmeras outras interações ocorreram no âmbito do Progestão em 2017, sobretudo por via de mensagens eletrônicas, visando esclarecer detalhes do encaminhamento de atividades, documentos e certificação de metas, todas estas registradas e copiadas à Coordenação da COAPP.
5. A 4ª oficina tratou, detalhada e individualmente, de todas as metas. Por ocasião do segundo evento, realizado por videoconferência, foram novamente discutidas as metas do Programa, atualizando-se a situação de implementação de cada uma delas. A planilha eletrônica resultante da situação atual do estado em relação aos encaminhamentos e à perspectiva de cumprimento das metas do Progestão no estado no ano de 2017 encontra-se anexa a este relatório.
6. Durante a 4ª oficina, a DRHI/SDS informou que está em fase de conclusão no estado o Programa SC Rural, um contrato vigente desde 2010 com a Secretaria de Agricultura, aplicando recursos do Banco Mundial (R\$ 42 milhões). O diretor, Bruno Beilfuss, fez um relato do Programa, cujos slides encontram-se anexos. Constituem metas do SC Rural: a) o fortalecimento do órgão gestor; b) o levantamento aerofotogramétrico do estado; c) o aperfeiçoamento do sistema estadual de informações; d) o mapeamento hidrogeológico; e) a implantação do sistema estadual de monitoramento e alerta hidrometeorológico; f) o aprimoramento do

sistema de gestão de recursos hídricos em bacias hidrográficas; e g) a elaboração de planos de bacia.

7. A seguir procedemos à discussão dos elementos colhidos acerca da situação das metas de cooperação federativa:

Meta I.1 – Integração das bases cadastrais: a COCAD/SIP/ANA considerou que o Estado atingiu um percentual de cumprimento em 99,5% nesta meta em 2016. Para o ciclo 2017 deverão ser cadastrados 80% dos usuários regularizados até 2016 e o total de 2017. Atualmente a equipe demonstra estar familiarizada com o processo de cadastro para o CNARH e pretende antecipar o upload da meta até novembro, de modo a obter *feedback* a tempo de viabilizar eventuais ajustes necessários.

Meta I.2 – Compartilhamento de dados de água subterrânea: a COSUB/ANA considerou que esta meta foi totalmente descumprida em 2016, devido às dúvidas sobre o preenchimento dos campos complementares de poços, sendo sugerido para tal, um contato com a técnica da ANA responsável (Letícia Moraes). Durante a oficina foi lembrado que o detalhamento do cumprimento desta meta também poderá ser discutido por ocasião da Oficina de Capacitação específica a se realizar em Brasília nos dias 21 e 22/06/2017. Da estimativa inicial de 80 processos vinculados ao uso de águas subterrâneas, 60 já haviam sido regularizadas até aquele momento.

Meta I.3 – Relatório do Conjuntura: a planilha com dados das outorgas concedidas pelo estado foi enviada em 31/10/2017. Como o estado ainda não tem monitoramento qualitativo, não há dados de qualidade a serem enviados.

Meta I.4 – Prevenção de eventos hidrológicos críticos: conforme planilha do gestor PCD, as estações vinculadas à rede nacional de monitoramento, apresentaram, em 2017, médias mensais do ITD menor que 80% nos meses de fevereiro, março, maio, junho, novembro e dezembro, o que levanta a perspectiva de comprometimento desta meta. Foi solicitado verificação dos possíveis fatores, sabendo-se que houve corte nos recursos do repasse previsto de R\$ 1,8 milhões para a EPAGRI, responsável pela operação da rede de monitoramento hidrometeorológica no estado. Em 2017 foram transferidos a eles apenas R\$ 500 mil. Foi informado que equipe da ANA (Diana e Alessandra) faria visita ao estado nos dias 17 e 18 de novembro, quando dúvidas sobre o funcionamento da Sala de Situação poderiam ser sanadas.

Meta I.5 – Atuação em segurança de barragens: em 2016 foram elaboradas diversas minutas sobre regulamentação de segurança das barragens no estado. Em 2017, de acordo com o Informe 03/2017, o estado deve avançar em: outorgas para barramentos, preenchimento do SNISB, classificação das barragens por DPA e CRI, regulamentação da PNSB e envio do RSB em 31/03/2018. Encontram-se em fase de contratação os serviços de classificação de cerca de 71 barragens no estado, cujos produtos deveriam estar disponíveis até meados de 2017. Tendo em vista o prazo para a entrega desses resultados, a DRHI/SDS solicitou à ANA um adiamento na comprovação desta meta, tendo recebido a anuência da COSER/SRE/ANA. Na ocasião da oficina foi alertado que as Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs) existentes no estado, com potencial de geração de energia até 3 MW, também são de responsabilidade da SDS.

8. Quanto às metas estaduais, por se tratar de um elenco mais extenso, serão referidas em destaque apenas aquelas que apresentaram algum aspecto peculiar ou risco de não serem atendidas no exercício. Por conseguinte, as metas não referidas neste relatório foram consideradas em adequado andamento.

Variável 1.2 – A partir da adesão ao Progestão, a estrutura do organismo estadual encarregado da gestão dos Recursos Hídricos (DRHI/SDS-SC) tem sido reforçada com um incremento de recursos humanos, porém ainda não suficiente para fazer frente às

demandas institucionais e legais. Espera-se que essa estrutura atinja uma estabilidade por volta de 2018. Foi reiterada a sugestão de contratação de bolsistas, o que está sendo encaminhado pela SDS via FAPESC. Por ocasião da oficina de maio de 2017, a SDS informou que iria encaminhar retificação desta variável para o nível 3, conforme autoavaliação já realizada no ano anterior. Em 29/05/2017, por meio do Ofício GABS nº 287/2017, tal retificação foi solicitada pelo Secretário.

Variável 1.7 – A SDS firmou Termos de Colaboração com organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos, que terão papel de Entidades Executivas dos Comitês de Bacias, organizadas por região hidrográfica do estado, vigorando a partir de 2017. Esse processo estrutura o apoio do estado aos comitês, conferindo condições operacionais e previsibilidade às ações dos colegiados, constituindo-se numa referência para outros estados.

Variável 1.9 – O estado foi orientado a apresentar o plano de capacitação para apreciação do CERH em 2018. Técnicos da SDS estão acompanhando e sendo capacitados na metodologia do projeto DesenvolveRH, coordenado pela ANA, de modo a viabilizar o posterior detalhamento do Plano Estadual de Capacitação.

Variável 2.4 – Além de três planos de bacia concluídos, o Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH) foi contratado e está em fase de finalização, faltando apenas algumas audiências públicas para a geração do Relatório Final.

Variável 2.6 – O enquadramento dos corpos de água do estado está definido na Resolução 001/2008 do CERH, porém já existem algumas bacias com plano elaborado que possuem enquadramento próprio, em discussão no CERH. Em outros onde os planos estão sendo elaborados, haverá uma discussão para o enquadramento dos corpos de água.

Variável 3.3 – A partir de julho os problemas envolvendo algumas estações de monitoramento da rede começaram a ser sanados com a viabilização de recursos para a manutenção corretiva e preventiva destinados à EPAGRI. Observa-se, entretanto que, a planilha do Gestor PCD de 2017 mostra médias mensais do ITD inferiores a 80% nos meses de fevereiro, março, maio, junho, novembro e dezembro.

Variável 3.4 – Elaborado, aperfeiçoado e em processo de TDR para contratação de entidade para criar o Sistema de Monitoramento da Qualidade da Água, integrar com algumas ações de monitoramento da qualidade que já vem sendo efetuada em algumas bacias por entidades específicas e, finalmente, o próprio monitoramento estadual, com possível adesão do estado ao programa Qualiágua. Prazo até 2017 para o estado monitorar a qualidade da água. Segundo informado, está prevista a contratação de empresa para este monitoramento.

Variável 3.5 – O SEGREH-SC dispõe de páginas internet articuladas onde são publicados informes e disponibilizados documentos relativos à GRH. A da página web do Progestão propiciou maior integração e acesso às informações, registros e documentos do programa em todas as UFs, e está sendo utilizada como referência de apoio para a gestão do programa no estado.

Variável 4.1 – Até o ano de 2015 não havia obrigatoriedade, porém no período avaliativo de 2016 é obrigatório pelo menos uma outorga de lançamento, o que ainda não havia sido realizado pelo DRHI/SDS-SC, por falta de regulamentação. No entanto, após a videoconferência a entidade estadual sinalizou a realização de esforços para uma tentativa de viabilizar a emissão de pelo menos uma outorga na bacia piloto de Itajaí, onde já existe proposta de enquadramento. Recomendou-se a consulta a estados como Rio Grande do Sul e Paraná, que têm experiências bem-sucedidas nesse tema.

Variável 4.2 – A fiscalização está em fase final de regulamentação com um conjunto de normativos em vias de serem aprovados. Há previsão de contratação de 11

bolsistas para integrar a equipe responsável pela gestão de recursos hídricos por meio de parceria com a FAPESC, já tendo sido efetivado a contratação de 4 bolsistas.

Variável 4.7 – Permanece a necessidade de uma maior normatização dos processos de repasse de recursos às ações finalísticas do sistema, porém tem havido avanços, que serão consolidados com a contratação das Entidades Executivas dos CBHs, bem como às demais entidades vinculadas ao sistema. As normas devem também estabelecer uma priorização para atendimento às linhas temáticas, decorrentes do que for estabelecido no Plano Estadual, bem como fomentar programas indutores, a exemplo da iniciativa em CBHs com ações como o Produtor de Água.

Principais encaminhamentos ou providências a serem tomadas

9. As principais recomendações e encaminhamentos acordados com o órgão gestor de Santa Catarina estão registradas nos comentários das respectivas metas acima e na planilha anexa a essa Memória.

Conclusões

10. O estado de Santa Catarina tem demonstrado empenho e boa vontade na efetivação das metas pactuadas, com reforço de equipes e iniciativas que viabilizaram avanços na gestão. Ainda assim, há metas com risco de não cumprimento integral (4.1) ou parcial (I.4), o que pode gerar impacto relevante no cômputo do desembolso correspondente ao ano em curso.

11. Em virtude da fluidez alcançada nas interações entre a DRHI/SDS-SC e a SAS-ANA, pode-se afirmar que o Progestão não apenas contribuiu para o fortalecimento da estrutura e práticas de gestão de recursos hídricos do estado, mas também induziu o papel de articulação da ANA com o setor público, na medida em que o estado adquiriu confiança e passou a recorrer a Agência com mais intensidade em diversas outras ocasiões, sobretudo em busca de apoio para outras atividades, desde consultas sobre domínio das águas de corpos hídricos e outros aspectos técnicos, mediação para a interlocução com setores especializados da ANA (SPR), até o fornecimento de referências quanto a procedimentos institucionais.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)
AGUSTIN JUSTO TRIGO
Gestor do Contrato nº 026/ANA/2014
Portaria ANA nº 350, de 06 de outubro de 2015

Ciente. À SAS para conhecimento.

(assinado eletronicamente)
LUDMILA ALVES RODRIGUES
Coordenadora da Coordenação de Apoio e Articulação com o Poder Público

Ciente, para anexar ao processo.

(assinado eletronicamente)
HUMBERTO CARDOSO GONÇALVES
Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

4ª OFICINA DE ACOMPANHAMENTO DO PROGESTÃO / SC

Local:	Sede da SDS – Florianópolis/SC
Data:	23/05/2017 – terça-feira
Objetivo:	Discussão dos desafios e ações considerados necessários para o atingimento em 2017 das metas de cooperação federativa e estaduais do Progestão aprovadas pelo CERH-SC.
Público alvo:	Responsáveis no estado pelo cumprimento das metas estaduais e de cooperação federativa (SDS, Epagri, etc.). Membros interessados do Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

09h – 12h e de 13h30m as 16h

- Apresentação dos participantes.
 - Apresentação sucinta dos atuais avanços e desafios do Programa Progestão no estado.
 - Atualização das **5 metas de cooperação federativa**.
 - Atualização das **31 variáveis estaduais** do Quadro de Metas aprovado pelo CERH.
-

PROPOSTA

Análise das metas – análise crítica do cumprimento das 5 metas de cooperação federativa, bem como das 31 variáveis das metas estaduais do Quadro de Metas, identificando as dificuldades e os desafios.

Identificação de ações – levantamento das ações consideradas necessárias para atingir e/ou manter os níveis propostos no Quadro de Metas do Progestão, dentro do prazo de execução do programa.

Estabelecer prioridades – priorizar as ações e a estratégia para atingir a sua consecução.

Identificação dos responsáveis – identificar os pontos focais e/ou setores responsáveis pelas ações propostas.

METAS DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA	
I.1	Integração das bases cadastrais (CNARH)
I.2	Compartilhamento de informações sobre águas subterrâneas
I.3	Contribuição para difusão do conhecimento (Conjuntura)
I.4	Prevenção de eventos hidrológicos críticos
I.5	Atuação para segurança de barragens

Tipologia de Gestão Aprovada para o Estado de Santa Catarina: B

METAS ESTADUAIS / 31 VARIÁVEIS		
META II.1 - Variáveis Legais, Institucionais e de Articulação Social		Nível aprovado
1.1	<u>Organização institucional do modelo de gestão</u>	3
1.2	<u>Organismo(s) Coordenador/Gestor</u>	3
1.3	Gestão de processos	2
1.4	<u>Arcabouço legal</u>	3
1.5	<u>Conselho Estadual de Recursos Hídricos</u>	4
1.6	Comitês de Bacias e Organismos Colegiados	3
1.7	Agências de Água e Entidades Delegatárias	3
1.8	Comunicação social e difusão	2
1.9	Capacitação setorial	2
1.10	Articulação com setores usuários e transversais	2
META II.2 - Variáveis de Planejamento		Nível aprovado
2.1	<u>Balço hídrico</u>	2
2.2	<u>Divisão hidrográfica</u>	3
2.3	Planejamento estratégico institucional	3
2.4	Plano Estadual de Recursos Hídricos	3
2.5	Planos de Bacia	2
2.6	Enquadramento	3
2.7	Estudos especiais de gestão	3
2.8	Modelos e sistemas de suporte à decisão	2
META II.3 - Variáveis de Informação e Suporte		Nível aprovado
3.1	<u>Base cartográfica</u>	5
3.2	<u>Cadastrros de usuários e infraestrutura</u>	3
3.3	<u>Monitoramento hidrometeorológico</u>	2
3.4	Monitoramento da qualidade de água	2
3.5	Sistema de informações	3
3.6	Pesquisa, desenvolvimento e inovação	2
META II.4 - Variáveis Operacionais		Nível aprovado
4.1	<u>Outorga de direito de uso</u>	3
4.2	Fiscalização	3
4.4	Sustentabilidade Financeira do Sistema de Gestão	2
4.5	Infraestrutura hídrica	2
4.6	Gestão e controle de eventos críticos	2
4.7	Fundo Estadual de Recursos Hídricos	3
4.8	Programas indutores	2

OBS: As metas sublinhadas são aquelas de atendimento obrigatório.



PROGRAMA SC RURAL

Gestão de Recursos Hídricos

**Secretaria de Estado
do Desenvolvimento
Econômico Sustentável**



Carlos Chiodini

Secretário de Estado do
Desenvolvimento Econômico
Sustentável

Bruno Henrique Beilfuss

Diretor de Recursos Hídricos

**Secretaria de Estado
do Desenvolvimento
Econômico Sustentável**



Objetivo

Apoiar a implementação da política estadual de recursos hídricos do Estado de Santa Catarina através dos mecanismos de controle dos usos das águas e gestão nas bacias hidrográficas do Estado de Santa Catarina.

Metas

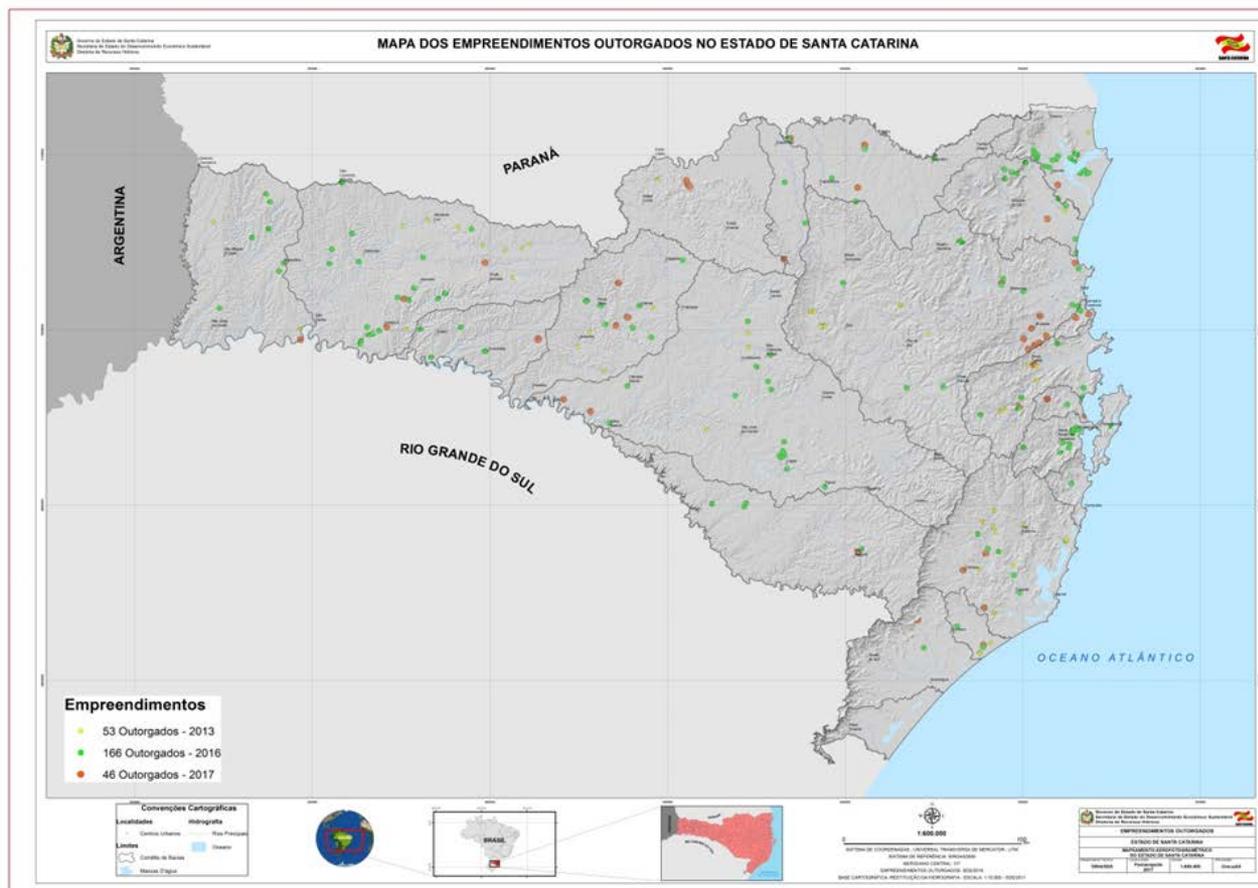
- a) Fortalecimento do órgão de Gestão de Águas de Santa Catarina;
- b) Realizar levantamento aerofotogramétrico do Estado de Santa Catarina;
- c) Aperfeiçoar Sistema Estadual de Informações;
- d) Realizar mapeamento hidrogeológico;
- e) Implantar sistema estadual de monitoramento e alerta hidrometeorológico;
- f) Aprimorar sistema de gestão de recursos hídricos em bacias hidrográficas;
- g) Elaborar planos de bacias.

Fortalecimento do órgão de Gestão de Águas de Santa Catarina

Legado:

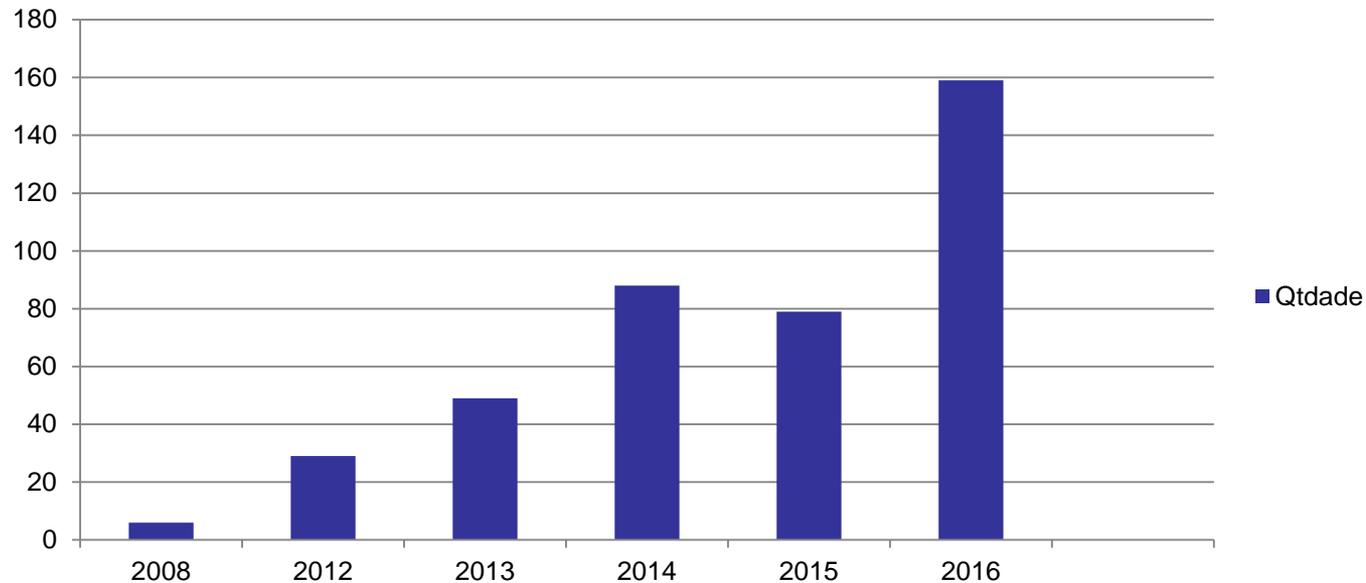
- Apoio técnico para aperfeiçoamento de instrumentos como cadastro de usuários de água, base de informações espaciais, equipamentos e capacitações;
- Reforço na equipe técnica “EPAGRI, FATMA, Consultorias, terceirizados;
- Aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão.
- Ampliação da infraestrutura

Fortalecimento do órgão de Gestão de Águas de Santa Catarina

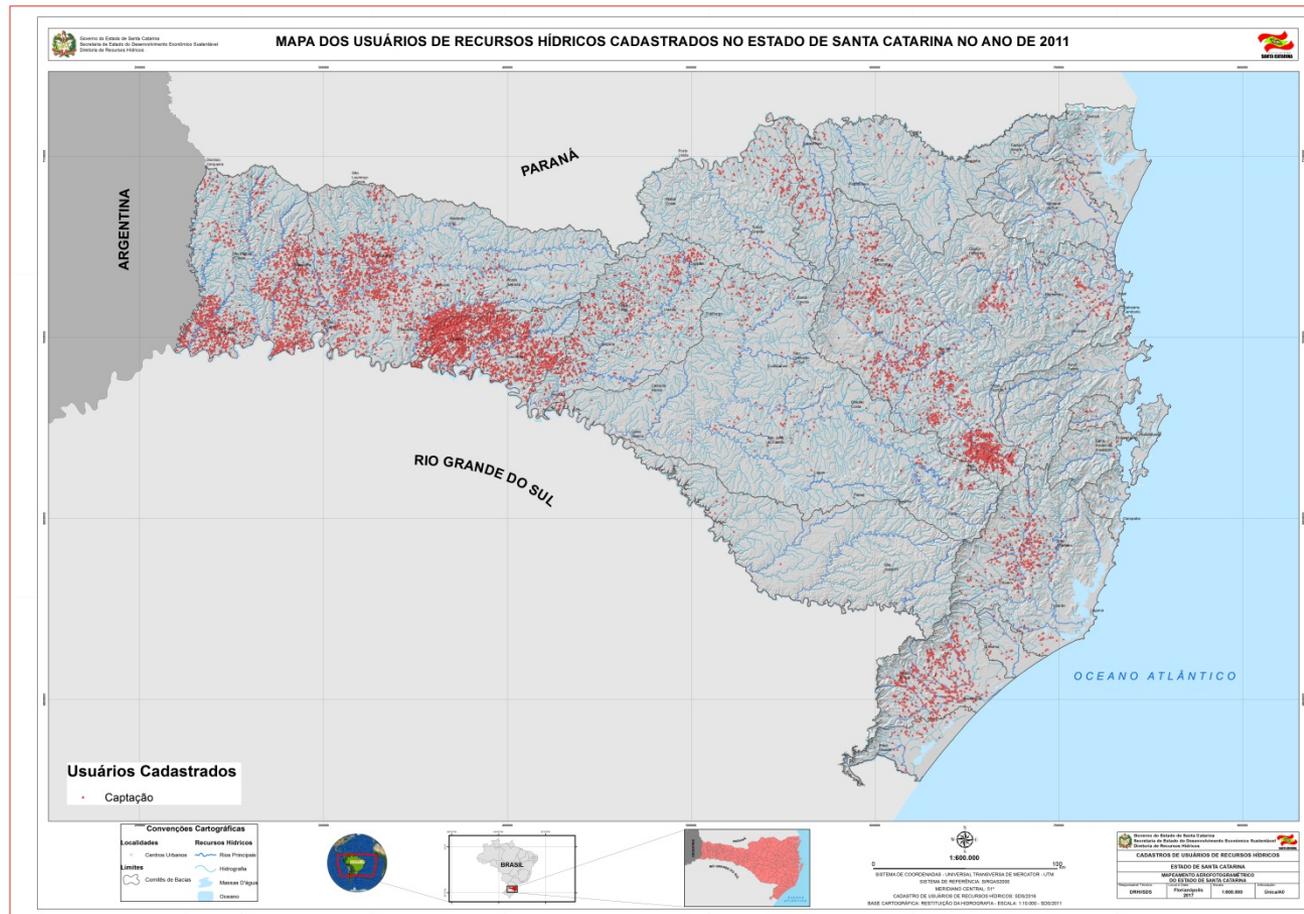


Fortalecimento do órgão de Gestão de Águas de Santa Catarina

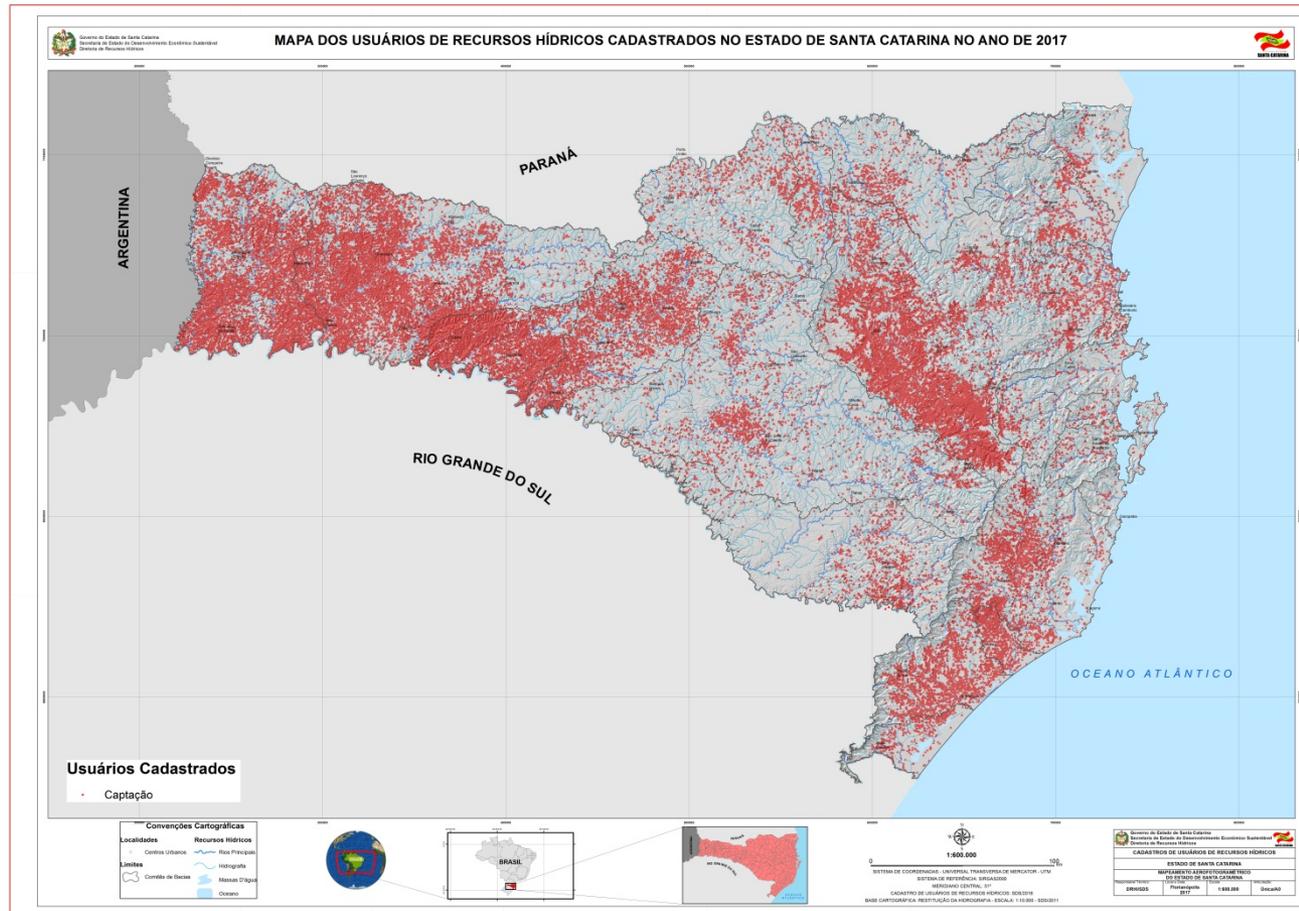
Usuários Outorgados



Fortalecimento do órgão de Gestão de Águas de Santa Catarina



Fortalecimento do órgão de Gestão de Águas de Santa Catarina



Levantamento Aerofotogramétrico

Legado:

- Ferramenta de suporte para gestão de Recursos Hídricos e planejamento;
- Base hidrográfica 1/10.000;
- Base ortocodificada;
- Atualização das informações para Planejamento, Balanço hídrico e Outorga.

Levantamento Aerofotogramétrico



Aperfeiçoar Sistema Estadual de Informações

Legado:

- Revisão do Portal SIRHESC;
- Ferramental de treinamento on-line Cadastro de Usuários;
- Regras de consistência e suporte ao cadastramento de usuários;
- Ampliação do número de usuários de água cadastrados;
- SIGSC.

Aperfeiçoar Sistema Estadual de Informações

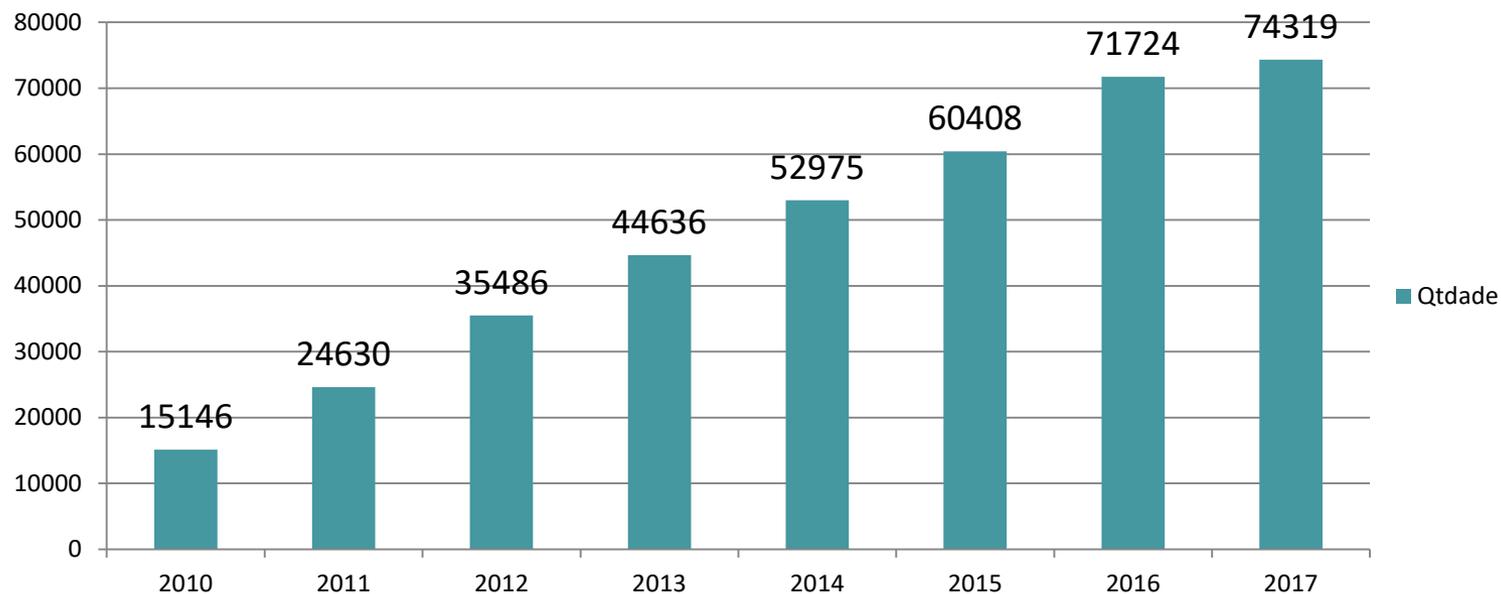
The image shows the left sidebar and top navigation of the website. The top navigation includes links for 'SDS', 'CERH', 'FEHIDRO', and 'LEGISLAÇÃO'. The sidebar contains a search bar, a 'Menu do Portal' with categories like 'Institucional', 'Comitês', and 'Instrumentos', and a 'Notícias' section with several news items dated from 03/12/2014 to 02/12/2014. A prominent banner in the sidebar says 'Clique aqui e confira!'.

The main content area features a header with the title 'SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA' and the logo of the 'GOVERNO DE SANTA CATARINA'. Below the header is a navigation menu with items: 'INICIAL', 'INSTITUCIONAL', 'COMITÊS', 'INSTRUMENTOS', 'CONSELHO', 'FEHIDRO', 'BIBLIOTECA', and 'SERVIÇOS'. The main content is divided into three columns: 'Destaque' with a large image of a waterfall and a call to action 'Clique aqui para Cadastrar', 'Notícias' with a list of news items, and 'Agenda' with a calendar view. A 'Destaque' section contains five numbered items: 1. Dinâmica Social, 2. Caracterização e Diagnóstico, 3. Prognóstico das Demandas, 4. Compatibilização das Demandas, and 5. Plano de Ações.

The image shows the 'SIGSC' logo, which stands for 'SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS'. Below the logo is a stylized map of the state of Santa Catarina, colored in shades of green and blue. The text 'SIGSC' is in large, bold, white letters, and 'SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS' is in smaller, blue letters below it.

Aperfeiçoar Sistema Estadual de Informações

Usuários Cadastrados

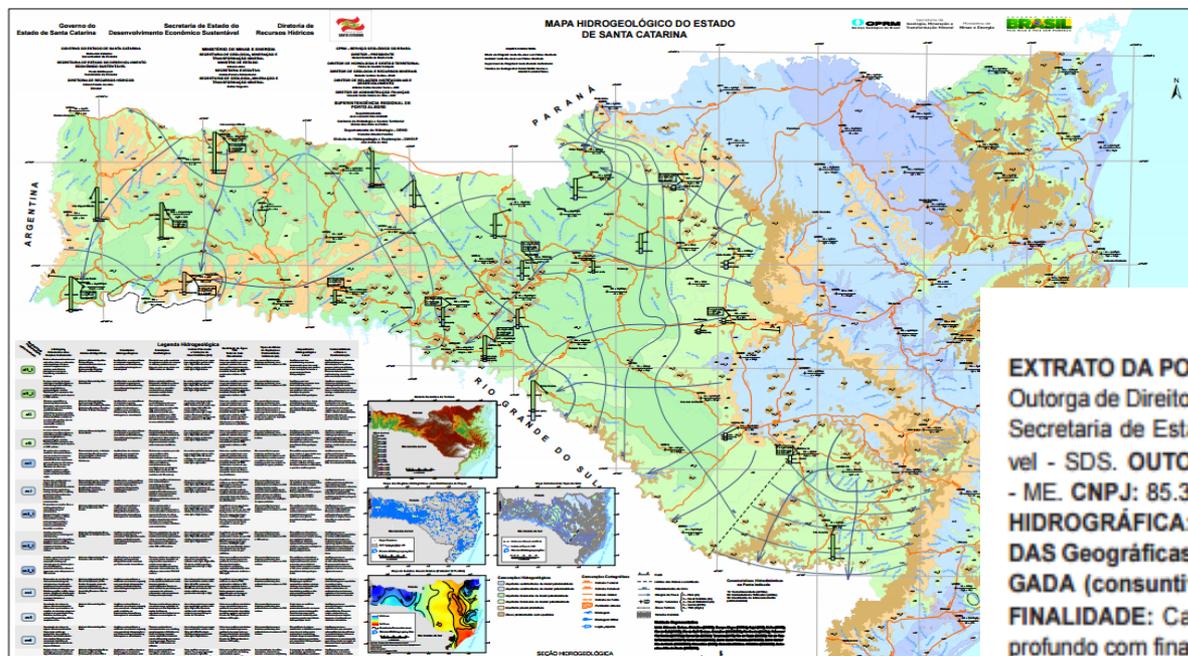


Realizar Mapeamento Hidrogeológico

Legado:

- Mapeamento Hidrogeológico SC – CPRM/SDS 2012;
- Implementação outorga água subterrânea – 2014.

Realizar Mapeamento Hidrogeológico



130 captações outorgadas desde 2015

Cod. Mat.: 433285

EXTRATO DA PORTARIA SDS nº 025 de 15/02/2017. OBJETO: Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos. **OUTORGANTE:** Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável - SDS. **OUTORGADO:** Kandir Transportes e Serviços Ltda - ME. **CNPJ:** 85.376.150/0001-57. **MUNICÍPIO:** Joinville. **BACIA HIDROGRÁFICA:** Rio Cubatão do Norte – RH 06. **COORDENADAS Geográficas:** -26°21'28"S e -48°47'57"W. **VAZÃO OUTORGADA (consuntiva):** 7,5 m³/hora. **VALIDADE:** 10 (DEZ) anos. **FINALIDADE:** Captação de água subterrânea em poço tubular profundo com finalidade de uso em uso geral e lavagem de veículos e caminhões. **OBRIGAÇÕES DO OUTORGADO:** Respeitar a legislação ambiental e de Recursos Hídricos. **SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO:** MARCO AURÉLIO DUTRA.

Cod. Mat.: 433286

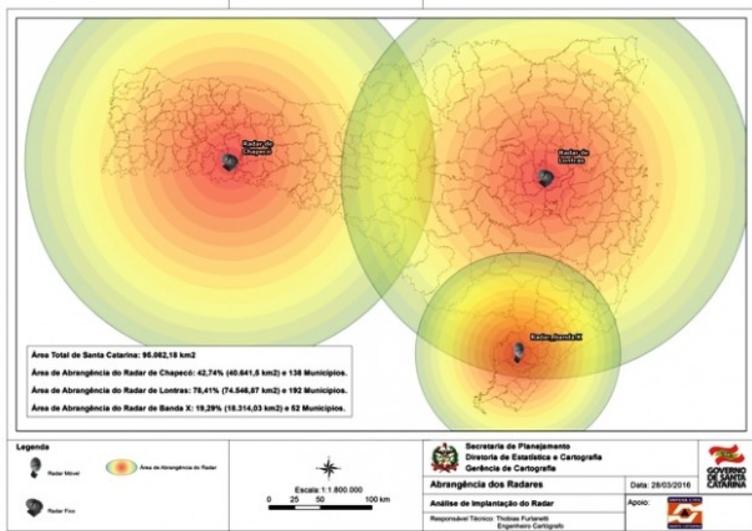
Implantar Sistema Estadual de Monitoramento e Alerta Hidrometeorológico

Legado:

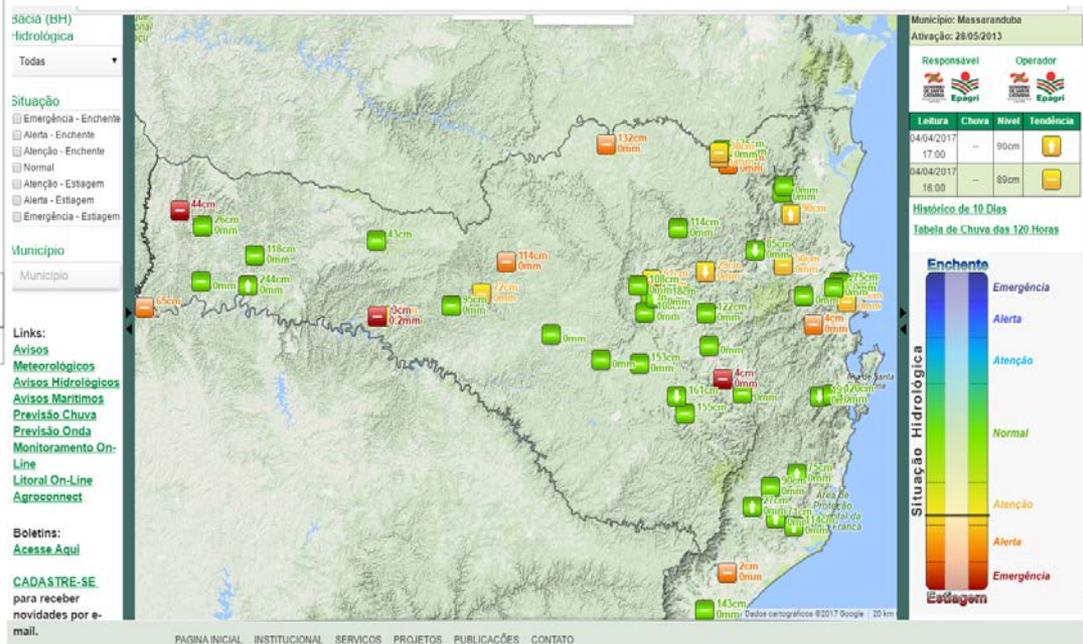
- Ampliação, manutenção e modernização da rede pluviométrica e fluviométrica em SC;
- Suporte a implantação e manutenção do Sistema Estadual de radares meteorológicos;
- ACT – SDS/SDC/EPAGRI – competências, atribuições e compromissos para com o monitoramento.

Implantar Sistema Estadual de Monitoramento e Alerta Hidrometeorológico

Investimento de R\$12.000.000,00 em 6 anos



TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – SDS, A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI, E A SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA CIVIL – SDC, NA FORMA ABAIXO.

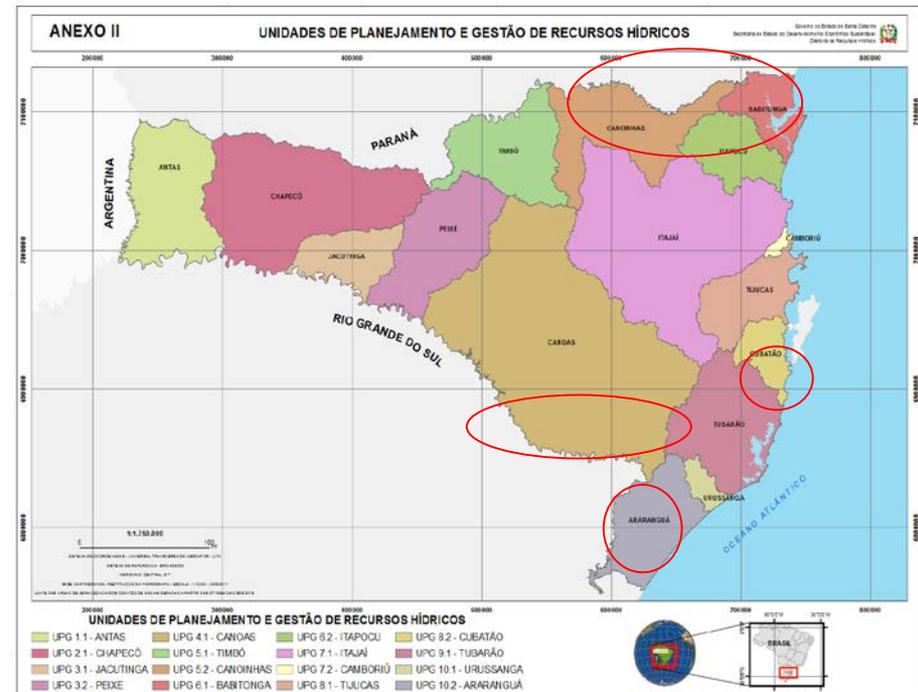


Aprimorar Sistema de Gestão de Recursos Hídricos em Bacias Hidrográficas

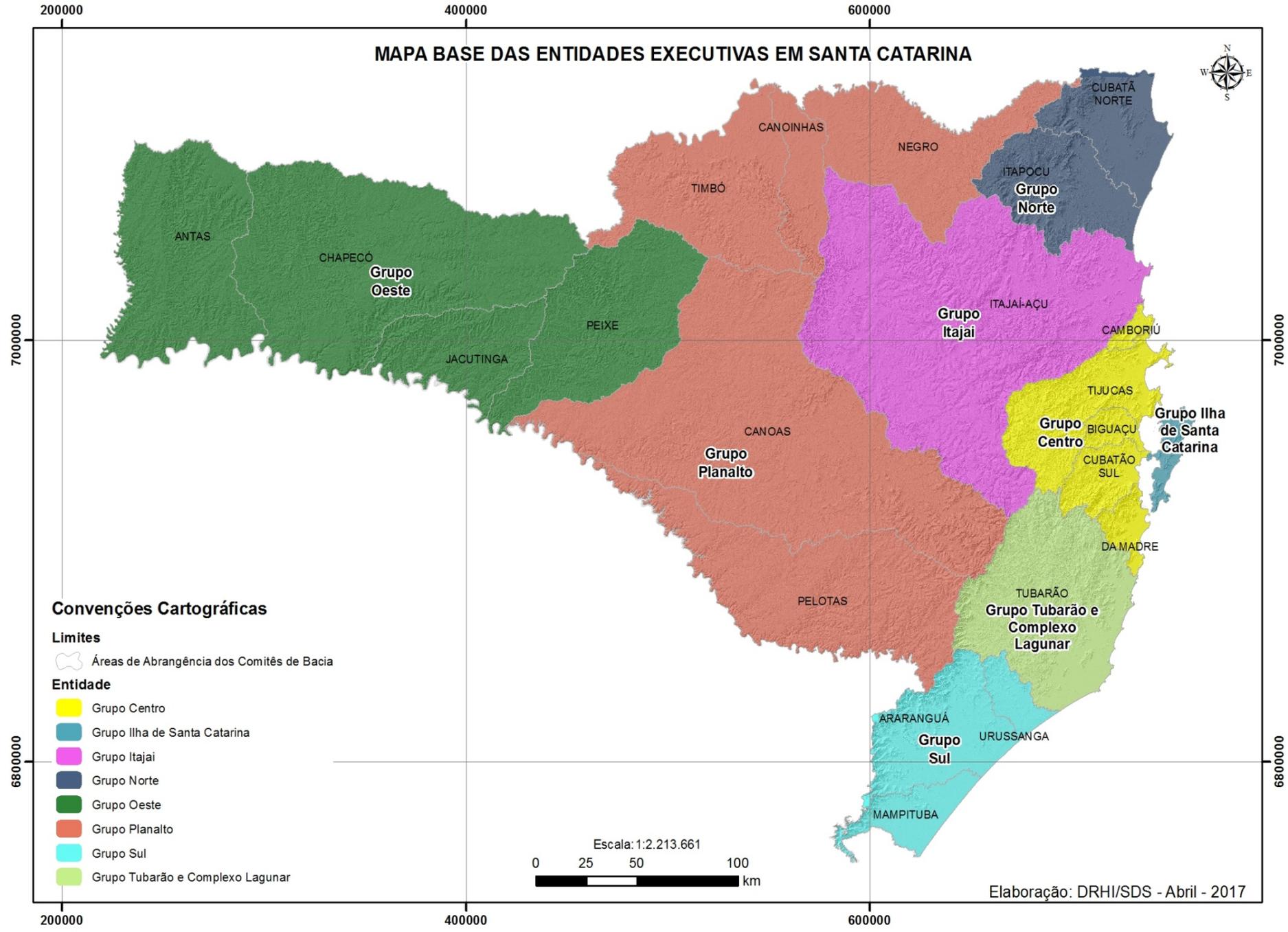
Legado:

- Avaliação da estrutura, organização e capacitação dos 16 comitês de bacias hidrográficas;
- Capacitação para gestão e planejamento de bacias, projetos, papel institucional e divulgação das ações dos Comitês ;
- Apoio técnico, operacional e financeiro para o funcionamento dos Comitês;
- Modelagem, estruturação e implantação de entidades executivas para apoio aos comitês de bacias.

Aprimorar Sistema de Gestão de Recursos Hídricos em Bacias Hidrográficas



MAPA BASE DAS ENTIDADES EXECUTIVAS EM SANTA CATARINA



Convenções Cartográficas

Limites
Áreas de Abrangência dos Comitês de Bacia

- Entidade**
- Grupo Centro
 - Grupo Ilha de Santa Catarina
 - Grupo Itajai
 - Grupo Norte
 - Grupo Oeste
 - Grupo Planalto
 - Grupo Sul
 - Grupo Tubarão e Complexo Lagunar

Escala: 1:2.213.661
0 25 50 100 km

Elaboração: DRHI/SDS - Abril - 2017



Elaboração de Planos de Bacias

Legado:

- Modelagem e definição do escopo dos planos de bacias;
- Articulação e discussão dos planos de Bacia com os Comitês de Bacia;
- Conclusão do Plano de Bacia do Rio Araranguá, execução dos Planos de Bacias dos rios das Antas, Camboriú, Itapocú, Tijucas e Biguaçu e Cubatão e Madre;
- Plano Estadual de Recursos hídricos.



PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS DA
BACIA DO RIO ARARANGUÁ
PLANEJAR | AGIR | PRESERVAR



IMPORTANTE

ENCONTRO DE CADASTRO

O Governo do Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, junto do Comitê Araranguá tem a honra de convidá-lo para o 1º Encontro sobre o Cadastro de Usuários de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá. Serão o foco deste encontro os agricultores, irrigantes, piscicultores, mineradores, companhias de saneamento, indústrias e todos os usuários de água que a utilizem para as suas atividades, alterem a qualidade ou a sua disponibilidade. O cadastro é o primeiro passo para a regularização dos usuários de acordo com as atividades desenvolvidas, sendo a base do conhecimento relativo ao uso dos recursos hídricos e gera subsídios para a elaboração do Plano de Bacia, que auxiliará o Comitê de Bacia nas tomadas de decisões. O Cadastro é essencial para conhecer o perfil de quem utiliza as águas superficiais e subterrâneas estaduais, a fim de garantir água para todos os usuários

DATA: 20 de Maio

LOCAL: Secretaria de Desenvolvimento Regional SDR / ARARANGUÁ

ENDEREÇO: Rua Porfírio Lopes de Aguiar, nº 401, Bairro Cidade Alta

HORÁRIO: 14:00 horas

Lucia G.V.Dellagnelo

Secretária de Estado do Desenvolvimento
Econômico Sustentável

Davide Tomazi Tomaz

Comitê de Gerenciamento da
Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá

Carlos Bortoli

Profill Engenharia
e Ambiente Ltda



Secretaria de Estado
do Desenvolvimento
Econômico Sustentável



COMITÊ
ARARANGUÁ
PROFILL



Plano de Recursos Hídricos
**BACIA DO RIO DAS ANTAS,
BACIAS CONTÍGUAS E AFLUENTES
DO RIO PEPERI-GUAÇÚ**



foto: Tadeu Santos



PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS DA
**BACIA DO RIO
ARARANGUÁ**

O Governo do Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável – Diretoria de Recursos Hídricos, e o Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá tem a honra de convidá-lo para o evento oficial de entrega do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Araranguá. Contamos com a sua presença junto às autoridades do Estado e da região, bem como da sociedade civil, usuários de água de Santa Catarina e imprensa.

Data: 08 de dezembro de 2015.

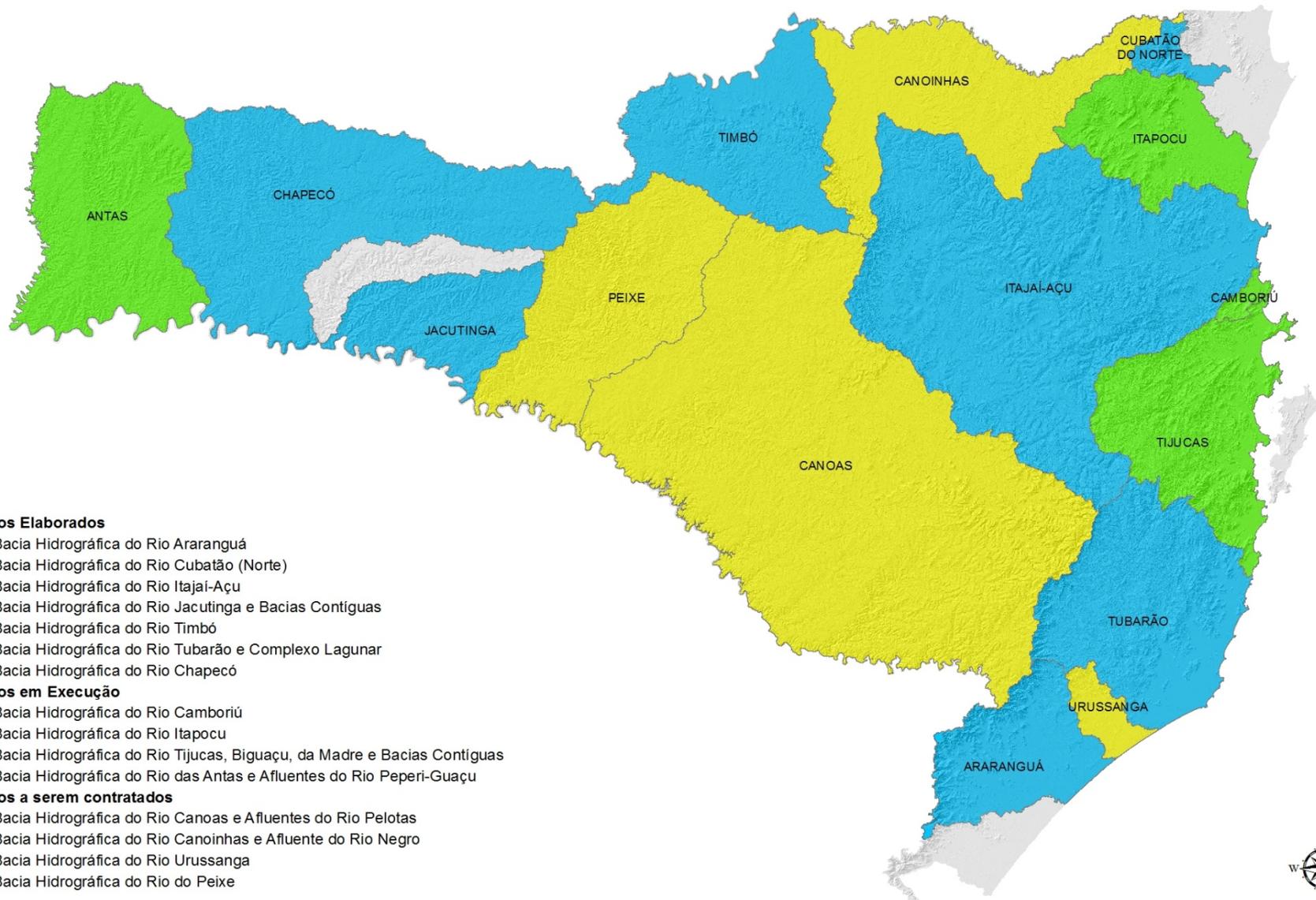
Local: Câmara de Vereadores de Araranguá

Endereço: Rua Expedicionário Iraci Luchina,
253 - Urussanguinha, Araranguá - SC.

Horário: 14 horas



PLANOS DOS RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA



Aprendizado

- A concepção do desafio e planejamento deve ser condizente com a realidade e capacidade de resposta da estrutura existente;
- A plena execução do planejado no SCRURAL para SDS só seria alcançada cumprida a premissa de criação ou ampliação significativa da estrutura do órgão, algo que se demonstrou acima do escopo ou gestão do Programa;
- O melhor desempenho e alcance das metas, ocorreu nas ações e atividades com as quais a SDS e DRHI estavam familiarizados;

Aprendizado

- São necessários um maior aporte em capacitação e conhecimento para efetivo suporte as ações previstas, bem como uma maior interação com a coordenação do programa;
- Um planejamento plurianual, indicando objetivos, ações e recursos é fundamental para permitir o aprimoramento e cumprimento dos objetivos indicado, e neste quesito um programa multissetorial como o SCRURAL assegurou a SDS condições financeiras para alcançar seus objetivos;

Aprendizado

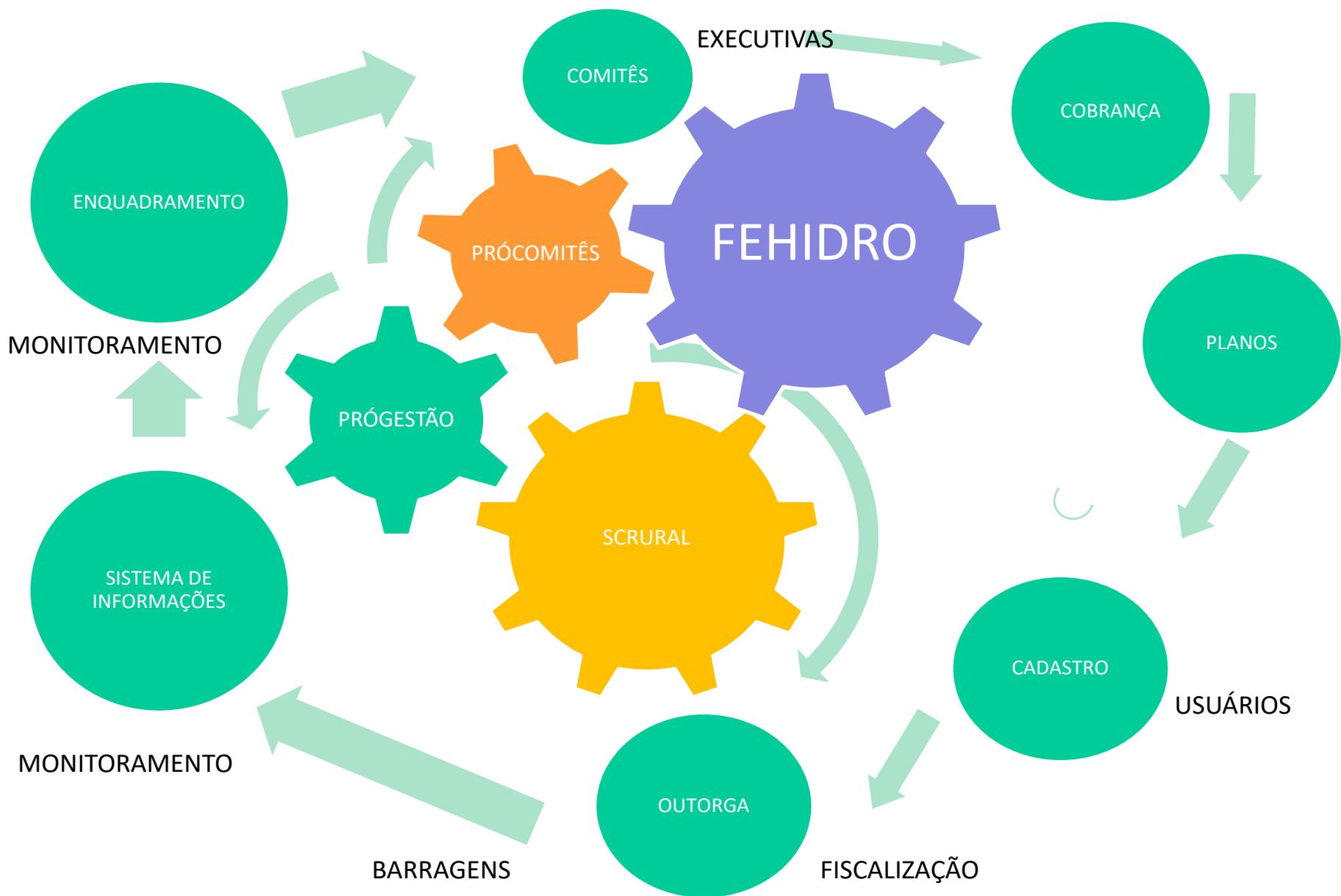
- Um programa complexo e de grande porte como o SCRURAL, precisa aproximar as instancias superiores de decisão e gestão dos órgãos envolvidos, facilitando o transito de informações, pessoal, tecnologias, para ampliar a capacidade de resposta dos órgãos públicos;
- Na perspectiva de novos Projetos a serem executados pela SDS, entendemos fundamental a inclusão de atividades e ações que envolvam outras atribuições do órgão como meio ambiente, desenvolvimento econômico e inovação, ampliando o papel institucional e o compromisso de gestão junto ao projeto;

Aprendizado

- Importante incorporar em novo processo um componente de apoio, uso e fomento a ações de uso racional e sustentável para os usuários;
- A Implementação da política de Recursos Hídricos, neste período, ocorreu de forma gradativa, com destaque aos Planos de Bacias, Cadastro de Usuários de Águas, Monitoramento Hidrológico, e a Estruturação e Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas;

Aprendizado

- Os mecanismos de controle foram reforçados, especialmente por uma base robusta de informações da malha hidrográfica, águas subterrâneas e usos cadastrados no Estado. Necessário a partir de agora ampliar a capacidade de resposta aos processos de outorga e monitoramento dos usos existentes.



CNRH	MMA	ANA	CERH	SDS	EPAGRI	SDC	FATMA	BPMA	SEE
FAPESC	UFSC	UNISUL	FAI	CERTI	SEA	SEF	GOV	CIASC	MPSC

**Diretoria de Recursos Hídricos –
DRHI**

Bruno Henrique Beilfuss
Diretor de Recursos Hídricos

Renato Bez Fontana
**Gerente de Outorga e Controle dos recursos
Hídricos**

Rui Batista Antunes
Gerente de Planejamento

48-3665-4200

www.aguas.sc.gov.br

www.sds.sc.gov.br

Planilha dos Eventos de Acompanhamento do Progestão em Santa Catarina

ESTADO: SC ENTIDADE ESTADUAL: SDS TIPOLOGIA: B 5 METAS DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA ANO 4: 2017

METAS DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA

ID	META	VARIÁVEL	Ponto Focal/ ANA	Ponto Focal/SC	Status da meta	Oficina de 17 e 18/05/2016	Videoconferencia de 27/10/2016	Oficina de 23/05/2017	Videoconferência de 28/10/2017	Ações previstas para garantir o cumprimento da meta	Prazos
I.1	Integração das bases cadastrais	Dados de usuários de recursos hídricos disponibilizados no CNARH	Raquel/ COCAD	Robson, Marcelo e Renato/ SDS	Em 2016 deverão ser cadastrados no CNARH 80% dos usuários regularizados até 2015 e 100% das outorgas emitidas em 2016.	Sistema de outorga e atualização do sistema de cadastro estadual em fase de TdR; verificar possibilidade de uso do CNARH para o cadastro dos novos registros. Analisar período de abrangência das informações pelo ano calendário ou ano hidrológico - rever datas limites.	Em 2016 foram regularizados 119 usuários, além de 150 autorizações de perfuração de poços concedidas. Deste montante quase a totalidade foi dado up load para a planilha do CNARH 40. Até 2015 há um total de 388 atos válidos de usos de recursos hídricos, sendo que cerca de 140 já foram transferidos para o CNARH. Está em tramitação a regularização de águas subterrâneas em área urbana. Há um atraso no cadastramento.	Usuários regularizados pelo estado em 2016: 133 com direito de uso, 10 DRDH, 26 com declaração de uso insignificante. Total inseridos no CNARH: 514. A Cocad considerou que o Estado atingiu um percentual de cumprimento em 99,5% para esta meta em 2016. Em 2017 deverá ser cadastrado 80% dos usuários cadastrados até 2016 e o total de 2017.	Este ano deverá ser cadastrado 80% dos usuários regularizados até 2016 e o total de 2017. Atualmente a equipe demonstra estar familiarizada com o processo de up load para o CNARH. A DRHI/SDS pretende antecipar o upload da planilha até novembro de modo a obter feed back a tempo de viabilizar eventuais ajustes necessários. Segundo informado, predominam no estado os usuários da agropecuária: 74 mil, sendo cerca de 14 mil de uso insignificante.	Avaliar como o TdR para contratação do sistema de cadastro e outorga atende às demandas do cadastro estadual, do processo de outorga e sua integração com o CNARH 40. Oportunamente deverão ser digitalizados os 17 mil processos do passivo de outorga.	Até 31/01/2018
I.2	Compartilhamento de informações sobre águas subterrâneas	Informações disponibilizadas para o SNIRH	Leticia/SIP	Renato e Fábio Zandonai/ SDS	Previsão de regularização de 80 (outorgas) captações subterrâneas de janeiro a dezembro de 2016.	De janeiro a maio/2016 foram outorgados 34 captações subterrâneas. Mais de 90% dos usuários declaram captações subterrâneas com vazões insignificantes, que constam no Sistema Estadual de Usuários de RH. Este sistema atual não contempla informações técnicas sobre o poço.	Da estimativa inicial de 80 outorgas, 60 processos de captação de águas subterrâneas foram regularizados até maio/2016. Com o atual quadro é plausível o cumprimento da meta, porém, diante da perspectiva de iniciar o processo de regularização da outorga para irrigação e para diluição de efluentes se fará necessário reforço da equipe.	Autorizações administrativas para o uso de águas subterrâneas: 345. Cadastro de poços inseridos no CNARH40: 340. Outorgas: 89. A Cosub considerou que esta meta foi totalmente descumprida em 2016. O estado possuía 455 captações subterrâneas cadastradas no CNARH 40, sendo 340 autorizações de perfuração de poço, 24 usos insignificantes e 91 outorgas. Deveria compartilhar os dados de 33 outorgas de poço emitidas até 2015 e todas as outorgas emitidas em 2016. Foi verificado no CNARH o cadastro de 12 outorgas emitidas até 2015 e 79 emitidas até 2016. No entanto, nenhum desses registros apresentou os dados mínimos do poço para que pudessem ser validados para a meta 1.2. Apenas 12 poços outorgados tiveram dados preenchidos, estes correspondendo, no máximo, à natureza do ponto, à profundidade e ao diâmetro de perfuração. Por estes motivos a meta foi considerada descumprida pela Cosub.	Para serem evitados problemas como os do ano anterior, os procedimentos para certificação desta meta deveriam ter sido discutidos por ocasião da oficina de capacitação em Brasília nos dias 21 e 22/06/2017. Dois representantes da DRHI compareceram à oficina da COSUB. A DRHI/SDS pretende antecipar o upload da planilha até novembro de modo a obter feed back a tempo de viabilizar eventuais ajustes necessários.	Nos próximos anos prevê-se um incremento da demanda de outorga, isto porque se planeja dar início ao processo de regularização das outorgas para irrigação (foco na rizicultura) e no lançamento de efluentes. Consequentemente visualiza-se a necessidade de reforço da equipe e maior informatização dos processos, através de um sistema de outorga.	Até 31/01/2018
I.3	Contribuição para difusão do conhecimento (Oficina 2016)	Dados disponibilizados para o relatório "Conjuntura dos Recursos Hídricos"	Alexandre Lima e Laura / SPR	Rui e Vinicius/ SDS	As informações devem ser encaminhadas até outubro, no formato solicitado. A DRHI será responsável por consolidar todas as informações necessárias ao Conjuntura (dados de outorga, de monitoramento da qualidade da água e atualização dos planos de bacia) para envio à ANA. Configurar saídas para incluir "nomes dos rios".		Planilha com dados das outorgas concedidas pelo estado foi enviada em 27/10. Como o estado ainda não tem monitoramento qualitativo, não há dados de qualidade a serem enviados.	Em 2016 o estado foi atestado em 100% no cumprimento desta meta. Ressalta-se que ainda não há o monitoramento de qualidade das águas em SC. Atualizar as informações para o Conjuntura até 31/10/2017.	O prazo para envio do informe foi prorrogado para o dia 14/11. Consideram que não deve haver problemas para o cumprimento dessa meta.	O estado analisará a possibilidade de aderir ao Qualiáguas.	Até 31/10/2017

Planilha dos Eventos de Acompanhamento do Progestão em Santa Catarina

ESTADO: SC ENTIDADE ESTADUAL: SDS TIPOLOGIA: B 5 METAS DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA ANO 4: 2017

METAS DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA

ID	META	VARIÁVEL	Ponto Focal/ ANA	Ponto Focal/SC	Status da meta	Oficina de 17 e 18/05/2016	Videoconferencia de 27/10/2016	Oficina de 23/05/2017	Videoconferência de 28/10/2017	Ações previstas para garantir o cumprimento da meta	Prazos
1.4	Prevenção de eventos hidrológicos críticos	Manual Operativo da Sala de Situação elaborado e manutenção corretiva da rede telemétrica realizada	Alessandra/ SOE e Fabricio e Diana/SGH	Bruno e Renato - SDS/ EPAGRI/CI RAM	O Manual elaborado em 2015 foi considerado bom. Em 2016 deverá ser apresentado Relatório de Consolidação dos Boletins Diários da Sala de Situação, contendo: a) os modelos de boletins que foram produzidos durante o ano, inclusive sobre eventuais eventos críticos ocorridos; b) a indicação da quantidade de dias de produção de cada boletim; c) se houve ou não publicação em website e, em caso afirmativo, informar o endereço eletrônico; e d) os órgãos que receberam os referidos boletins. Manter ITD médio mensal > 80%	Há parceria/convênio com a Defesa Civil e demais órgãos. Há disponibilidade de pessoal técnico especializado para manutenção das PCDs. Já está encaminhado junto à ANA solicitação de PCDs para uma adequada prevenção de eventos hidrológicos extremos no estado. Será instalado o equipamento de vídeo-conferência enviado pela ANA para a Sala de Situação.	Foi realizada reunião da ANA (Alessandra e Diana) com a EPAGRI dias 17 e 18/11 para avaliar a operação das estações e ajustar os detalhes do desempenho e avaliação da meta. Na ocasião foi esclarecido, conforme planilha do gestor PCD que, até julho de 2016, o índice de transmissão das PCDs não atingiu a meta de 80%. Repassados 1,74 milhão da SDS a Epagri este ano.	Em 2016, a meta referente à transmissão de dados foi considerada cumprida pela SGH. Também foi certificado em 100% pela SOE a meta sobre a produção de boletins (o Relatório apresentado foi claro e disponibilizou todas as informações necessárias a uma adequada avaliação). Em 2017, a planilha do Gestor PCD ANA mostra médias mensais inferiores a 80% nos meses de fev, mar e mai.	Dos R\$ 1,8 milhões previstos de repasse para a Epagri, foram transferidos apenas R\$ 300 mil devido às dificuldades financeiras do estado. Com esse recurso a EPAGRI tem conseguido efetuar as manutenções corretivas, porém não houve condições de efetuar novos investimentos na rede. Segundo informado, as médias mensais de transmissão podem sofrer algum comprometimento.	Necessidade de equipe para consolidar e instâncias de integração das informações entre os agentes envolvidos na gestão dos recursos hídricos, orientar estudos necessários e gerar boletins. Está previsto a elaboração de relatórios das manutenções corretivas. Apoiar com recursos financeiros a estrutura da EPAGRI responsável por esta meta.	Até 31/03/2018
1.5	Atuação para segurança de barragens	Cadastro de barragens estruturada e classificação das barragens realizada	Fernanda Laus/SRE	Vinicius/ SDS e Ivana/ FATMA	Para barragens de usos múltiplos que não gerem energia elétrica, avançar no sentido de: - Classificar as barragens cadastradas quanto ao DPA e CRI: Ver no Informe 4 de 2016 os campos do Formulário a ser preenchidos (Classif CRI); Cadastro de SB complementado, atualizado e refinado; - Regulamentar o artigo 9º da Lei nº 12.334/2010, que trata das Inspeções Regulares.	Está sendo elaborado o levantamento e cadastro de barragens do estado para fins do Relatório Nacional de Segurança de Barragens, a ser atualizado anualmente. Não há estrutura de fiscalização preventiva, mas apenas mediante denúncia ou evento. A classificação por danos e riscos resultará da declaração do empreendedor. 114 barragens identificadas: necessidade de levantamentos de campo para identificação de características, proprietários, etc. Ainda não foi feita a regulamentação da política de segurança de barragens no estado.	Previsão de consolidar um banco de dados com informações gerais de barragens. Foi esclarecido que está sendo contratada uma empresa para efetuar os serviços de classificação de 71 barragens até meados de 2017. Tendo em vista os prazos para a conclusão dos trabalhos, será solicitado da ANA um adiamento na comprovação desta meta junto à COSER. A regulamentação do art. 9º da Lei da PNSB pode ser feita por bolsista, adequando a inspeção regular às necessidades de SC, a partir de exemplos de outros estados.	Em 2016 foram elaboradas diversas minutas sobre regulamentações de segurança das barragens no estado. Em 2017, de acordo com o Informe 03/2017, o estado deve avançar em: outorgas para barramentos, preenchimento do SNISB, classificação das barragens por DPA e CRI, regulamentação da PNSB e envio do RSB em 31/03/2018.	A licitação dos serviços de levantamento e cadastro de cerca de 71 barragens do estado (não serão incluídas as CGHS, com potencial de geração de energia até 3 MW) sofreu contestação e teve que ser retificada, com abertura de novo Edital no próximo mês, e previsão de entrega do produto em maio/junho de 2018.	Instituir a PESB e critérios de segurança. Articular com entidades estaduais e ANA a estruturação de cursos de capacitação sobre segurança de barragens no estado. Número de barragens pode aumentar (mais de 80) por conta das CGHS (1 a 5 MW) que passaram a ser responsabilidade do estado.	Até 31/03/2018

Previstos os seguintes investimentos com recursos Progestão:

- 1 - Suporte ao processo de Criação, Planejamento, Implantação, Operacionalização e Manutenção da Rede Estadual de Monitoramento da Qualidade de Água de Santa Catarina.
- 2 - Suporte técnico à criação, aperfeiçoamento e consistência de cadastros de usuários de água (CEURH), inclusive, no que se refere a águas subterrâneas e barragens.
- 3 - Consolidar uma base de informações sobre águas subterrâneas em Santa Catarina incorporados ao CEURH.
- 4 - Realizar um estudo comparativo e apresentar os modelos de referência nacional para outorga de recursos hídricos, especialmente para lançamento de efluentes, irrigação e águas subterrâneas.
- 5 - Analisar e propor aperfeiçoamento na legislação relacionada à outorga e fiscalização de recursos hídricos de domínio do Estado.
- 6 - Dar suporte técnico ao desenvolvimento de rotinas de avaliação da disponibilidade hídrica, baseada no SADPLAN e supervisionar sua aplicação nos processos de outorga.
- 7 - Dar suporte aos Comitês de Bacias Hidrográficas e as Entidades Executivas dos Comitês de Bacias.
- 8 - Buscar investir recursos do Progestão em ações de capacitação e comunicação.

Planilha dos Eventos de Acompanhamento do Progestão em Santa Catarina - até out/2017

ESTADO: SC TIPOLOGIA: B TIPOLOGIA: B 9 VARIÁVEIS ESTADUAIS OBRIGATORIAS ANO 4: 2017 TOTAL DE 31 VARIÁVEIS ESTADUAIS

METAS ESTADUAIS

METAS	Peso (%)	ID	VARIÁVEIS A SEREM AVALIADAS	Nível aprovado	Auto Avaliação 2014	Auto Avaliação 2015	Auto Avaliação 2016	DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS IDENTIFICADOS	Videoconferência de 28/10/2017	AÇÕES PROPOSTAS	Respon-sáveis
META II.1 - Variáveis Legais, Institucionais e de Articulação Social	25	1.1	<u>Organização institucional do modelo de gestão</u>	3	2	3	3	NÃO	Necessidade de avaliar e aprimorar as propostas organizacionais em andamento. Necessidade de reforço na equipe técnica com parcerias envolvendo Epagri, FATMA consultores e terceirizados.	Após tratativas com a Fapesc foram contratados 8 bolsistas, até junho/2017.	Aprimorar a articulação com demais órgãos setoriais vinculados à GRH. Incentivar e orientar a reestruturação administrativa que envolve os setores vinculados à Gestão dos Recursos Hídricos.	GABS/DRHI/ SDS
		1.2	<u>Organismo(s) Coordenador/Gestor</u>	3	2	3	3	NÃO	O órgão gestor do estado é vinculado à Administração direta. As ações são compartilhadas entre o órgão central (SDS), com sua Diretoria de Recursos Hídricos (que tem equipe reduzida e não consegue atender a todas as atribuições inerentes à gestão) e órgãos descentralizados. A partir do Progestão houve um incremento de recursos humanos na DRHI, porém ainda não suficiente para a execução de todas as atribuições (institucionais e legais - cobrança, monitoramento da qualidade, outorga de lançamento, etc) do organismo gestor. Na oficina de maio/2017 foi proposto a retificação da autoavaliação desta variável para o nível 3 devendo o CERH ser devidamente comunicado. Em 29/05/2017, por meio do Ofício GABS nº 287/2017, o Secretário solicita esta retificação.	Há previsão de contratação de 11 bolsistas para integrar a equipe responsável pela gestão de recursos hídricos por meio de parceria com a Fapesc. 4 bolsistas já haviam sido contratados.	Necessidade de reestruturação material e técnica da DRHI, com fortalecimento de pessoal. Previsão de nomear 6 técnicos do concurso público temporário para repor o quadro da DRHI e tentar a cessação de servidores de outras entidades. Não havendo no curto prazo possibilidade de concurso para contratação de pessoal do quadro permanente, prevê-se a emissão de edital para contratação de bolsistas e estagiários para tarefas essenciais, com os recursos repassados e ainda não aplicados.	GABS/DRHI/ SDS
		1.3	Gestão de Processos	2	1	2	2	NÃO	Fluxos de processos estruturados para a outorga. Em desenvolvimento o sistema estadual de outorga e a atualização do sistema de cadastro de usuários. Não existem ainda os manuais. O estado possui o Sistema Estadual de Protocolo Eletrônico. O desenvolvimento de sistema de cadastro e outorga não avançou conforme previsto por dificuldades administrativas. Será necessário um maior envolvimento das instâncias decisórias para as articulações institucionais necessárias que viabilizem as alternativas: contratação da UFSC, UF Lavras, cooperação com o DRH/RS, etc.	Sistema de outorga com TdR concluído, em vias de ser iniciado pelo Depto de Engenharia da UFSC. Previsão de 12 meses para início da fase de testes de implantação do sistema, 18 meses para conclusão e mais 6 meses de operação assistida.	É necessário promover um levantamento sistemático dos processos internos e externos à DRHI no contexto da SDS e do Sistema Estadual de Gestão dos Recursos Hídricos de Santa Catarina, de modo a poder manualizar e normalizar seus procedimentos. Isso implicaria em organizar os manuais e procedimento no SIRHESC, tanto para o público interno como para o público externo.	DRHI/SDS
		1.4	<u>Arcabouço legal</u>	3	2	3	3	NÃO	Há regulamentação para outorga e FEHIDRO. Existem minutas de normativas complementares para preencher lacunas do arcabouço legal no âmbito estadual. Decreto regula Águas Subterrâneas. Em análise jurídica a regulamentação da segurança de barragens (fiscalização, vistorias) (art. 9º). O CERH regulamentou a irrigação e reformulou as novas unidades de gestão do estado, faltando atualizar os decretos dos CBHs.	A nova divisão hidrográfica do estado foi definida. A Resolução CERH-SC nº 17/2017 regulamentou a outorga para a irrigação, em um processo que prevê cadastro de usuários e ações em uma bacia piloto no primeiro ano, ampliando esse universo gradualmente para as demais, até 2021.	Necessária a submissão e aprovação das propostas de regulamentação existentes. A cobrança da água não foi implementada. A revisão da regulamentação dos CBHs requererá resolução específica do CERH/SC.	Casa Civil/GABS/DRHI/SDS/ CERH
		1.5	<u>Conselho Estadual de Recursos Hídricos</u>	4	4	4	4	NÃO	O CERH é atuante e funciona em condições adequadas. Conta com 4 Câmaras Técnicas atuantes. Melhora substancial do quadro de conselheiros.	A renovação dos membros do CERH é atualmente feita a pedido ou em caso de inoperância da representação, com poucas alterações recentes. As Câmaras Técnicas têm sido mais requeridas e conseguido dar melhores respostas.	Prever o intercâmbio sistemático de informações com o Conselho em relação ao Progestão e estimular o acompanhamento da implementação das metas. Necessidade de atualizar a regulamentação do CERH, avaliando a alteração de regras de renovação dos membros com vistas a maior dinamização e democratização da representação.	CERH

Planilha dos Eventos de Acompanhamento do Progestão em Santa Catarina - até out/2017

ESTADO: SC TIPOLOGIA: B TIPOLOGIA: B 9 VARIÁVEIS ESTADUAIS OBRIGATORIAS ANO 4: 2017 TOTAL DE 31 VARIÁVEIS ESTADUAIS

METAS ESTADUAIS

METAS	Peso (%)	ID	VARIÁVEIS A SEREM AVALIADAS	Nível aprovado	Auto Avaliação 2014	Auto Avaliação 2015	Auto Avaliação 2016	DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS IDENTIFICADOS	Videoconferência de 28/10/2017	AÇÕES PROPOSTAS	Responsáveis
		1.6	Comitês de bacias e organismos colegiados	3	3	3	3	NÃO	O estado hoje está dividido em 10 Regiões Hidrográficas (1 a 3 bacias) totalizando 17 UPGs, das quais 16 com Comitês de Bacia Hidrográfica (Biguaçu juntou com a do Tijucas) - apenas uma bacia sem CBH.	Todo o território estadual já tem cobertura integral pelas unidades de gestão e respectivos CBHs, o que orientou a contratação das entidades que exercerão o papel de Secretarias Executivas dos comitês.	O apoio do governo estadual aos comitês deverá ser intensificado por intermédio da DRHI. As entidades com função de Secretaria Executiva serão contratadas com o instrumento Termos de Cooperação com base na Lei 13.019/2014.	Cesar e Tiago DRHI/ CERH
		1.7	Agências de água e entidades delegatárias	3	2	2	2	SIM	O cenário de estruturação das Agências de Água nos CBHs não poderá evoluir significativamente enquanto não houver a disposição política para a implementação da cobrança nas bacias. O apoio financeiro aos Comitês é repassado a entidades parceiras indicadas pelos CBHs, porém a SDS está firmando Termos de Colaboração com organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos que serão denominadas Entidades Executivas dos Comitês.	Foram publicados 7 editais para seleção das entidades que irão exercer o papel de secretaria executiva dos comitês. Foram firmados Termos de Cooperação com 2 entidades (OSC) para atender a 4 CBHs por um período de 3 anos. No evento da ABRH que ocorrerá em dez/2017 em SC, essa experiência bem sucedida com as Secretarias Executivas será apresentada em detalhes.	Previsto contratar as demais entidades até o final de 2017 com recursos do Fehidro.	Casa Civil/GABS/DRHI/SDS/CE RH
		1.8	Comunicação social e difusão	2	2	2	3	NÃO	Existe uma estrutura institucional de comunicação em condições adequadas, sobretudo nos portais de transparência e nas mídias eletrônicas. O principal papel dos CBHs tem sido a difusão, comunicação e educação ambiental em relação ao tema água. Analisar relatórios dos CBHs para estruturar "case" de boas práticas na área de comunicação www.aguas.sc.gov.br	Em 2017 foi criada a Rede de Comunicadores nos estados, coordenada pela ANA. A SDS indicou a assessora Michelle Oliveira como ponto focal em SC. Há integração com a meta de Comunicação do Procomitês.	É necessário desenvolver um planejamento estratégico de comunicação específica para a questão dos recursos hídricos, identificando os recortes públicos vinculados - gestores, consumidores, produtores, etc. Desafio: elaborar o Plano de Comunicação. Previsto contratar jornalista para apoio à comunicação dos CBHs.	Casa Civil/GABS/DRHI/SDS/CE RH
		1.9	Capacitação setorial	2	2	2	2	NÃO	Necessidade de estruturar Planos de Capacitação para equipes dos órgãos gestores e demais entes do SEGRH/SC. Definir o ponto focal de capacitação junto à ANA. O estado foi alertado sobre a importância da elaboração e implementação do Plano de Capacitação, que deve ser apresentado ao CERH. Será disponibilizado material adotado pelo Espírito Santo para levantamento das demandas junto ao órgão gestor, ao CERH e CBHs com vistas a uma elaboração preliminar do referido Plano, a ser detalhado posteriormente, segundo a metodologia repassada pela ANA por meio do projeto DesenvolveRH.	Camila Christofoli foi indicada como focal da Capacitação. Segundo informado, já foi realizado o levantamento prévio das demandas de capacitação. Esta meta deve ser integrada com as iniciais para o Plano de Capacitação do Procomitês: roteiro já estruturado pela CCAPS deve orientar a elaboração dos planos para cada instância, com detalhamento até o nível das trilhas formativas individuais por cargos ou papéis desempenhados no sistema.	Assegurar a elaboração do Plano de Capacitação em RH (técnicas disponibilizadas no DesenvolveRH) e sua implementação, visando o desenvolvimento contínuo de técnicos, gestores e analistas ambientais do Estado, de membros e lideranças dos organismos de bacias e de proponentes potenciais de projetos para captação de recursos financeiros junto ao FEHIDRO. As Secretarias Executivas deverão elaborar propostas para suas respectivas áreas de atuação junto aos CBHs.	DRHI/SDS Camila / Gisele
		1.10	Articulação com setores usuários e transversais	2	2	2	2	NÃO	Necessidade de intensificar a articulação. EPAGRI, Defesa Civil, FATMA, são os principais setores institucionais. CBHs representam setores usuários. Há experiências muito positivas de setores usuários com visão integradora e do interesse da bacia. Integração dos licenciamentos ambientais de lançamentos de efluentes (FATMA) com a outorga. No estado predomina o setor agropecuário.	Realizadas reuniões com setores usuários para discussão: de critérios setoriais de outorga na rizicultura (Araranguá) e mineração (areias); com a defesa civil para priorização de levantamento de barragens de segurança e prevenção de inundações. Feita articulação entre Câmaras Técnicas do CERH, comitês e população para discussão de critérios de enquadramento no contexto dos Planos de Recursos Hídricos em elaboração.	Não há agendas conjuntas em relação às demais políticas relacionadas à água (ambiental, saneamento, etc.). Há estrutura formal de assessoramento aos CBHs, e a DRHI atende intensivamente às demandas. Articulação da CT para regulamentação da irrigação, do processo de monitoramento da qualidade, outorga de lançamento, enquadramento.	DGAC-DPMA

São 4 variáveis de gestão LEGAIS com atendimento obrigatório em todos os períodos de certificação (1.1, 1.2, 1.4 e 1.5); 5 em 2016; 5 em 2017; e 6 em 2018.

Alcance dos níveis de exigência em pelo menos 5 variáveis legais

Planilha dos Eventos de Acompanhamento do Progestão em Santa Catarina - até out/2017

ESTADO: SC TIPOLOGIA: B TIPOLOGIA: B 9 VARIÁVEIS ESTADUAIS OBRIGATORIAS ANO 4: 2017 TOTAL DE 31 VARIÁVEIS ESTADUAIS

METAS ESTADUAIS

METAS	Peso (%)	ID	VARIÁVEIS A SEREM AVALIADAS	Nível aprovado	Auto Avaliação 2014	Auto Avaliação 2015	Auto Avaliação 2016	DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS IDENTIFICADOS	Videoconferência de 28/10/2017	AÇÕES PROPOSTAS	Responsáveis
META II.2 - Variáveis de Planejamento	10	2.1	Balanco hídrico	2	2	2	2	NÃO	Sistema de informação (SIRHESC) com banco de dados de usuários cadastrados e em processo de consistência, 7 planos de bacia elaborados com demandas e disponibilidades hídricas, estudos com base hidrográfica regionalizada com as vazões mínimas e médias estimadas e estudo de estimativa de disponibilidade hídrica subterrânea (mapeamento hidrogeológico CPRM). TdR do Plano Estadual pronto para o processo de contratação. Fortalecer o balanço hídrico com as dimensões "águas subterrâneas e qualidade".	Enquanto um novo e mais completo sistema informatizado para Cadastro e Outorga não é desenvolvido, o sistema atual, que computa apenas as vazões naturais, está incorporando ao cálculo do Balanço Hídrico os dados de vazões outorgadas. Recomendou-se a inclusão dos dados de uso de águas subterrâneas, que são captadas a cada 7 entre 10 municípios da região Oeste do estado.	Necessidade de dar continuidade à consistência das declarações do banco de dados do cadastro de usuários com informações dos usos. Aperfeiçoar e integrar os diversos bancos de dados (cadastro, outorga e planos de bacia, SADPLAN). A digitalização dos processos vêm sendo feita.	DRHI/SDS
		2.2	Divisão hidrográfica	3	3	3	3	NÃO	Existe uma Lei Estadual regulamentando a divisão hidrográfica, entretanto são necessários ajustes em algumas das Unidades de Gestão. Prevista revisão/atualização da DH: Canoas (25% do estado) com CBH estadual e TdR para contratação do Plano.	Foi proposta e aprovada pelo CERH em março/2017 uma nova divisão hidrográfica no estado composta por 10 Regiões Hidrográficas e 16 Unidades de Planejamento e Gestão de RH. A divisão hidrográfica do estado é avançada (escala de 1:10 mil) – SIGSC.	Falta a emissão do Decreto Estadual regularizando essa nova configuração das Regiões Hidrográficas. Solicitado o envio dos shapes para a ANA.	GEPHI/DRHI/SDS
		2.3	Planejamento estratégico institucional	3	1	2	2	SIM	Necessidade de avançar no processo de planejamento estratégico considerando os planejamentos já existentes.	O Plano Estadual de RH deve contemplar dimensões estratégicas para a GRH do estado, que subsidiarão um plano estratégico institucional da SDS e do DRHI.	Elaborar Programa de Planejamento Estratégico Institucional e submeter à deliberação da SDS e do CERH. Fortalecer a articulação interinstitucional nos próximos anos. Premissa: adequar a estrutura institucional às diretrizes emanadas do Plano Estratégico de Recursos Hídricos do Estado.	GABS/DRHI/SDS
		2.4	Plano Estadual de Recursos Hídricos	3	1	2	2	SIM	TdR do Plano Estadual pronto para o processo de contratação. Existem recursos e deliberação institucional. Atualmente está em fase de elaboração o PERH, além de 3 planos de bacia. Contam com apoio da Assessoria da Secretaria para divulgação das programações previstas (site "Águas de SC").	O PERH está em elaboração por uma Fundação ligada à UFSC, com recursos do Fehidro e previsão de conclusão ainda em 2017. Vinicius e Rui são os focais para esta meta.	PERH na fase 3, com realização das audiências públicas e avaliações com feed back da sociedade.	GABS/DRHI/SDS
		2.5	Planos de bacia	2	2	2	3	NÃO	Atualmente são 7 Planos Diretores de Recursos Hídricos elaborados e aprovados e mais 5 em elaboração de um total de 16 a serem elaborados.	Existem TdR para planos de bacia a serem contratados. Status dos planos: 3 em fase de conclusão, 2 em andamento e 2 em processo de contratação.	É necessário definir a forma (licitação/convenio/etc) e encaminhar o processo de contratação. Até o final de 2017 previsão de 9 planos concluídos, faltando 6.	GABS/DRHI/SDS
		2.6	Enquadramento	3	2	2	2	SIM	Existe Resolução CERH definindo genericamente o enquadramento dos corpos hídricos do estado. Minuta de Resolução tramitando no CERH definindo o enquadramento da Bacia do Itajaí. O enquadramento dos corpos de água do Estado está dentro da Resolução 001/2008 do CERH, porém, já existem algumas bacias com plano elaborado que possuem o enquadramento próprio e em discussão no CERH e outros que estão sendo elaborados. Haverá uma discussão para o enquadramento dos corpos de água.	Aprovação e implementação da proposta de enquadramento para as águas superficiais. Está em andamento a proposta de enquadramento da bacia do Itajaí, demais irão integrar as propostas dos Planos de Bacia.	As bacias com enquadramento proposto em planos ainda não estão em conformidade com a Resolução CNRH 91/2008 e será necessário complementar essas propostas com estudos de implementação. Posteriormente devem ser aprovadas pelo CERH.	SDS, CERH e CBH Itajaí

Planilha dos Eventos de Acompanhamento do Progestão em Santa Catarina - até out/2017

ESTADO: SC TIPOLOGIA: B TIPOLOGIA: B 9 VARIÁVEIS ESTADUAIS OBRIGATORIAS ANO 4: 2017 TOTAL DE 31 VARIÁVEIS ESTADUAIS

METAS ESTADUAIS

METAS	Peso (%)	ID	VARIÁVEIS A SEREM AVALIADAS	Nível aprovado	Auto Avaliação 2014	Auto Avaliação 2015	Auto Avaliação 2016	DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS IDENTIFICADOS	Videoconferência de 28/10/2017	AÇÕES PROPOSTAS	Responsáveis
		2.7	Estudos especiais de gestão	3	3	3	3	NÃO	Existem alguns produtos, a exemplo de: Estudos para Implementação dos Instrumentos de Gestão; Mapeamento Hidrogeológico do Estado de SC; Levantamento Aerofotogramétrico e Restituição da Hidrografia de SC Escala 1:10.000; Sistema de Apoio à Decisão SADPLAN. Existem estudos específicos desenvolvidos pelos CBHs e compartilhados com a SDS.	Elaborado amplo estudo em 2005/2006 pela ENGECORPS sobre os instrumentos de gestão de Santa Catarina, com 6 relatórios temáticos. O estudo ainda não avançou em relação à implementação de diversas propostas nem há perspectiva imediata em relação a sua atualização.	Atualização dos instrumentos Diagnóstico Geral das Bacias Hidrográficas e Panorama de Recursos Hídricos, a partir do Plano Estadual. O Plano Estadual de RH deverá gerar um Atlas dos Recursos Hídricos do estado.	SDS/DRHI
		2.8	Modelos e Sistema de Suporte à Decisão	2	2	2	2	NÃO	Existe o SADPLAN para elaboração do balanço hídrico, suporte ao planejamento e à regulação. Sistema de alerta de eventos críticos (Sala de Situação).	Houve adesão ao Qualiáguas, devendo o contrato ser assinado na reunião da ABRH em dezembro e as atividades terão início a partir de fev/2018. Em fase de concepção e aprimoramento no SADPLAN o módulo de qualidade para integração com o monitoramento de qualidade, outorga de lançamento e enquadramento.	Serão delimitados setores de implementação da rede de monitoramento, sendo que a Vertente Atlântica terá 23 pts de coleta em locais próximos às estações hidrométricas, robustecendo a consistência dos dados coletados. Serão contratados laboratórios regionais para as análises; o monitoramento atualmente feito pela FATMA e a CASAN serão incorporados a essa rede após compatibilização dos parâmetros de análise.	SDS/DRHI
<i>São 2 variáveis de gestão de PLANEJAMENTO com atendimento obrigatório em todos os períodos de certificação (2.1 e 2.2): 3 em 2017 e 2018.</i>												
<i>Alcance dos níveis de exigência em pelo menos 3 variáveis de planejamento</i>												
META II.3 - Variáveis de Informação e Suporte	10	3.1	<u>Base cartográfica</u>	5	5	5	5	NÃO	Hidrografia vetorial otocodificada na escala 1:10.000 padrão cartográfico INDE e codificação da ANA. Balanço hídrico e planejamento utilizam essas bases.	1:25.000 para todo o estado.	Está sendo implementado o SIG que interliga esses dados com os de outras áreas temáticas.	DRHI/SDS
		3.2	<u>Cadastrros de usuários e infraestrutura</u>	3	3	3	4	NÃO	Processo continuado de consistência das cerca de 60 mil declarações (aprox. 100 mil interferências). Atualmente há um universo de 74 mil usuários cadastrados no estado.	No caso da irrigação, que iniciará a fase piloto no próximo ano na bacia do Araranguá, os usos insignificantes e por aspersão terão tratamento diferenciado em relação aos de inundação. O CNARH deverá receber apenas cadastro de barragens regularizadas, enquanto a RSB/SNISB inclui todas as barragens enquadradas na Lei.	Atualização do sistema; integração dos dados de outorga no sistema CEURH. Desafio no estado: integrar cadastro com outorga. Desafio Progestão: integrar cadastro estadual com CNARH sem retrabalhos. Os formulários foram complementados para inserção dos dados de barragens.	DRHI/SDS
		3.3	<u>Monitoramento hidrometeorológico</u>	2	2	3	3	NÃO	Existem redes pluviométricas e fluviométricas operadas em âmbito estadual próprias ou mistas (operadas pela EPAGRI em articulação com a ANA) bem como um planejamento no SC-Rural, Defesa Civil e EPAGRI para implantação, ampliação e modernização dessas redes. Foi informado que a ANA (Diana e Alessandra) estará no estado nos dias 17 e 18 de novembro de 2016, quando dúvidas sobre o funcionamento da Sala de Situação poderão ser sanadas. Na ocasião foi esclarecido, conforme planilha do gestor PCD que, até julho de 2016, o índice de transmissão das PCDs não atingiu a meta de 80%.	Houve uma ampliação e modernização da rede pluviométrica e fluviométrica no estado, através do Programa SC Rural. Foram adquiridas e instaladas 77 estações da rede de monitoramento hidrometeorológico, operadas pela EPAGRI. A integração DRHI-EPAGRI está possibilitando a adequada manutenção das estações e os índices de performances das estações. Em 2017 o repasse previsto de R\$ 1,8 milhões para a Epagri ficou comprometido e limitado a R\$ 300 mil.	Verificar possibilidade de apoio alternativo ao repasse de recursos para a Epagri, como disponibilidade de veículos, cota-combustível, técnicos/bolsistas contratados, etc. Em 2016 foram repassados 1,3 mi, em 2017 300mil, com previsão de mais 1,5 mi. Está sendo elaborado Edital para aquisição de equipamentos destinados à manutenção das estações.	SDS/EPAGRI
		3.4	Monitoramento da qualidade de água	2	1	1	1	SIM	Em processo de negociação para contratação de instituição estadual para efetuar o monitoramento (ou iniciativa privada). Possibilidade de compartilhamento de dados quali da FATMA. Elaborado, aperfeiçoado e em curso TDR para contratação de entidade para criar o Sistema de Monitoramento da Qualidade da Água, integrar com algumas ações de monitoramento da qualidade efetuada em algumas bacias por entidades específicas e, finalmente, o próprio monitoramento estadual, com possível adesão do estado ao programa Qualiáguas. Prazo para o estado monitorar a qualidade da água: 2017.	Adesão ao Qualiáguas efetivada e perspectivas para monitoramento da qualidade já discutidos no item 2.8 acima (inicialmente 23 pontos no litoral, posteriormente aumenta para 40 pontos). O estado tem a intenção de delegar boa parte dessa atividade à empresa a ser contratada, além de obter dados de outras instituições do estado (como FATMA). Em andamento estudo piloto na bacia do rio Itajaí que prevê o monitoramento da qualidade da água em seus principais afluentes.	Há ações de monitoramento de qualidade em curso, mas não de iniciativa do DRHI. Proposta de enquadramento do Itajaí rejeitada pelo CERH devido ao caráter restritivo em uma baía que tem Porto. A perspectiva é produzir um modelo para: 1) integrar dados existentes e futuros; 2) reforçar compromisso dos usuários como fornecedores de dados; 3) subsidiar os BDs integradores, além de estudos para enquadramento.	DRHI/SDS

Planilha dos Eventos de Acompanhamento do Progestão em Santa Catarina - até out/2017

ESTADO: SC TIPOLOGIA: B TIPOLOGIA: B 9 VARIÁVEIS ESTADUAIS OBRIGATORIAS ANO 4: 2017 TOTAL DE 31 VARIÁVEIS ESTADUAIS

METAS ESTADUAIS

METAS	Peso (%)	ID	VARIÁVEIS A SEREM AVALIADAS	Nível aprovado	Auto Avaliação 2014	Auto Avaliação 2015	Auto Avaliação 2016	DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS IDENTIFICADOS	Videoconferência de 28/10/2017	AÇÕES PROPOSTAS	Responsáveis
		3.5	Sistema de informações	3	3	3	3	NÃO	O sistema estadual de RH (SIRHESC) é composto pelo cadastro, balanços hídricos (SADPLAN), informações geográficas (dados geoespaciais e temáticos de acesso restrito institucional, dados pessoais), pelo Portal Web com páginas por setor e sistema para outorga em fase de TdR.	Integrar no SIRHESC dados de outros sistemas internos e links de outras instituições. Já concluído o desenvolvimento do SIG (necessidade de aperfeiçoamentos) e reestruturado o Portal Web com inclusão de um link na página do SIRHESC em 2017. As 7 entidades responsáveis pelos CBHs irão alimentar o Sirhesc referente às metas específicas dos comitês.	A página web do Progestão foi concluída e publicada. Propiciará acesso às informações, registros e documentos em todas as UFs, inclusive os Informes com especificação das metas para o ciclo de avaliação, registro de boas práticas que podem ser úteis aos gestores, bem como links de acesso às páginas web dos demais órgãos estaduais e CBHs.	DRHI/SDS
		3.6	Pesquisa, desenvolvimento e inovação	2	2	2	3	NÃO	O FEHIDRO financia, em conjunto com a FAPESC, pesquisa no Aquífero Guarani/Serra Geral, além de diversas demandas específicas oriundas ou canalizadas via CBHs, ou instituições acadêmicas, ONGs, Prefeituras, etc.	Estabelecer convênio com a FAPESC para institucionalizar programa de pesquisa sobre gestão de recursos hídricos. Criar orçamento no FEHIDRO para financiamento de programas e pesquisas. Estreitar relacionamento com meio acadêmico, definindo linhas de pesquisa e alocar recursos regularmente.	Criar rubrica para P&D: contratar bolsistas; várias frentes de convênios e pesquisas para 6 temas de gestão (ver documento com o detalhamento desses temas a ser definido e enviado à ANA).	GABS/DRHI/SDS
<i>São 2 variáveis de gestão de INFORMAÇÃO com atendimento obrigatório em todos os períodos de certificação (3.1, 3.2): 3 em 2017 e 2018. Alcance dos níveis de exigência em pelo menos 3 variáveis de informação e suporte</i>												
		4.1	<u>Outorga de direito de uso</u>	3	2	2	2	SIM	Há emissão de outorga para captação de água, mas não para lançamento de efluentes. A outorga de água subterrânea está implantada desde 2014. CT do CERH/SC discutiu critérios para outorga de lançamentos e piscicultura, porém não avançou em propostas de regulamentação. Foi desenvolvido novo módulo para cálculo de decaimento de efluentes. A FATMA remete à DRHI solicitações de licenciamento de empreendimentos com lançamentos, para a emissão de Declaração da inexistência de critérios estaduais para efluentes, remetendo à regulamentação nacional.	Até o ciclo 2015 não havia obrigatoriedade, porém a partir de 2016 é obrigatório a emissão de pelo menos uma outorga de lançamento. Existem cerca de 74 mil usuários do setor agropecuário, sendo 14 mil de uso insignificante. Há demanda para se avançar nos critérios para outorga de piscicultura.	Definir critérios e procedimentos para dar início ao processo de outorga de lançamentos em bacias críticas. Sugerido uma bacia piloto onde já exista enquadramento (Camboriú ou outra de pequeno porte). Sugerido também consultar boas práticas de outras UFs como referência (PR/RS).	DRHI/SDS
		4.2	Fiscalização	3	2	3	2	SIM	Fiscalização com estrutura limitada (2 técnicos) e atuando apenas sob demanda. A fiscalização está em fase de regulamentação.	Houve avanços na articulação com a Polícia Militar Ambiental no sentido de incorporar esses agentes às ações de fiscalização. Com a formalização dessa parceria, devem ser organizadas: a atribuição formal de competências para fiscalização de RH: as pautas de capacitação (perfis e cursos); o planejamento de campanhas conjuntas, etc. O Gerente de Outorga recebeu capacitação da ANA para ações de fiscalização.	Regulamentar os procedimentos fiscalizatórios, fortalecer o setor e estruturar os mecanismos de integração das ações com os demais órgãos envolvidos. A consolidação do Manual de Fiscalização de Recursos Hídricos é um requisito essencial para o aperfeiçoamento da atividade. Previsão de contratação de bolsistas para integrar a equipe responsável pela gestão de recursos hídricos por meio de parceria com a Fapesc.	DRHI/SDS
		4.4	Sustentabilidade financeira do sistema de gestão	2	2	2	2	NÃO	Os recursos em uso provêm do Tesouro Estadual e do FEHIDRO, que hoje é composto da CFURH, emolumentos da outorga e outras fontes. O sistema não tem cobrança. Em 2015 houve investimentos do FEHIDRO da ordem de 15 milhões do total de 40 milhões da CFURH para o estado. Outra parte é proveniente de taxas administrativas. Em 2016 foram repassados R\$ 52 milhões pela CFURH.	Os valores dos emolumentos são fixos desde 2006, entretanto, proposta de revisão/ajuste destes valores não evoluiu por falta de motivação política, tendo em vista que outros estados praticam valores inferiores. Convênios, contratos e outros aportes eventuais podem ser também utilizados. Existe estudo sobre a cobrança mas o instrumento ainda não foi aplicado.	Atualizar o valor do repasse da CFURH em 2017. Avaliar a possibilidade de cobrança pela licença para perfuração de poços, pois envolve interessados com capacidade financeira.	DRHI/SDS/ C ERH

Planilha dos Eventos de Acompanhamento do Progestão em Santa Catarina - até out/2017

ESTADO: SC TIPOLOGIA: B TIPOLOGIA: B 9 VARIÁVEIS ESTADUAIS OBRIGATORIAS ANO 4: 2017 TOTAL DE 31 VARIÁVEIS ESTADUAIS

METAS ESTADUAIS

METAS	Peso (%)	ID	VARIÁVEIS A SEREM AVALIADAS	Nível aprovado	Auto Avaliação 2014	Auto Avaliação 2015	Auto Avaliação 2016	DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS IDENTIFICADOS	Videoconferência de 28/10/2017	AÇÕES PROPOSTAS	Respon-sáveis
META II.4 - Variáveis Operacionais	5	4.5	Infraestrutura hídrica	2	1	2	2	NÃO	O estado, através da Secretaria da Defesa Civil, conta apenas com o apoio de um técnico aposentado que dá indicações para a operação de um reservatório estratégico. Atualmente a Defesa Civil já conta com mais técnicos para apoiar suas ações. Os planos contratados pela DC para ampliação de barragens contempla a normalização da Lei de Seg Barragens. A CASAN também tem estruturas de acumulação para abastecimento urbano anteriores à PNSB, precisando serem enquadradas a partir da regulamentação a ser feita pela DRHI. A Sec de Agricultura (SAR) também tem reservatórios operados por cooperativa de irrigantes, que estão em processo de avaliação para outorga.	A Secretaria da Defesa Civil do Estado realiza uma atualização do levantamento da situação física e condições de operação das barragens de contenção de cheias, cujo resultado deverá ser compartilhado com as demais secretarias.	Deverá ser elaborado um plano de operação desses reservatórios em situações críticas, com atribuição de responsabilidades entre os órgãos do sistema.	
		4.6	Gestão e controle de eventos críticos	2	3	3	4	NÃO	A EPAGRI opera a Sala de Situação de SC para múltiplos fins, especialmente eventos críticos. Foi solicitada a transferência do patrimônio de equipamentos da rede da ANA operados pela EPAGRI, a fim de viabilizar a sua manutenção corretiva em caso de falha operacional.	Maior articulação entre as entidades envolvidas no monitoramento, ações de alerta e prevenção, em especial entre a SDS e a Epagri. Foi efetuado o repasse das estações de monitoramento hidrológico adquiridas pelo governo estadual/SDS para operação pela EPAGRI, bem como dos recursos. Repasse no valor de 1,74 milhões à EPAGRI em abril de 2016.	Ver relatório do Programa de impactos de eventos críticos (tendências futuras) financiado pelo Banco Mundial e executado por consultoria inglesa em 2016.	DRHI/SDS/EPAGRI
		4.7	Fundo Estadual de Recursos Hídricos	3	3	4	4	NÃO	O FEHIDRO foi instituído pela Lei 9.748/94 e é regulamentado por Decretos Estaduais.	A SDS tem reduzida gestão sobre a aplicação dos recursos do FEHIDRO. Não há coordenador do Fundo, que carece de uma melhor normalização e estruturação de prioridades, sendo necessário rever a prática adotada.	Necessidade de normalizar o repasse de recursos aos comitês e as demais entidades vinculadas ao sistema. Planejar a priorização para atendimento às linhas temáticas ainda a ser definido (nas prioridades do Plano Estadual). Fomentar programas indutores, a exemplo da iniciativa de CBHs em ações como Produtor de Água.	Presidente do CERH, GEPLA, DRHI
		4.8	Programas indutores	2	1	2	3	NÃO	Em relação ao ICMS Ecológico, o estado possui Projeto de Lei Complementar na Assembleia Legislativa, proposto em 2003, porém o PL não está em andamento. A iniciativa de proposição do PL foi da FATMA, com a participação do Comitê da Reserva Biosfera da Mata Atlântica e a colaboração da Associação de Proprietários da RPPN Catarinense.	SC dispõe da lei do PSA Hídrico, mas permanecem as discussões sobre sua implementação no estado. Existem os PSA no Chapecó/Timbo, rio Camboriu, São Bento do Sul (concessionárias), vinculada à Diretoria de Mudanças Climáticas/ SDS.	Transformar o projeto produtor de água (existente em algumas bacias do estado) em programa estadual.	Governo e Assembleia Estadual

1 variável de gestão OPERACIONAL com atendimento obrigatório em todos os períodos de certificação (4.1); 2 em 2017 e 2018

Alcance dos níveis de exigência em pelo menos 2 variáveis operacionais

LEGENDA:

Arcabouço legal	Atendimento obrigatório em todos os períodos de certificação
Planos de bacia	Avaliação facultativa
Fiscalização	Avaliação obrigatória e atendimento facultativo
SIM	Desafio entre a situação atual e a meta aprovada

SANTA CATARINA	Período 2	Período 3	Período 4	Período 5
Metas Estaduais	2015	2016	2017	2018
META II.1 - Variáveis LIAS	4	5	5	6
META II.2 - Variáveis de Planejamento	2	2	3	3
META II.3 - Variáveis de Inf. e Suporte	2	2	3	3
META II.4 - Variáveis Operacionais	1	1	2	2